

UFGD - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACE - FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EM REDE NACIONAL

MARCIANA LOPES DA SILVA OZÓRIO

EFETIVIDADE DA PREVISÃO DE RECEITAS PRÓPRIAS, ESTRUTURA
ORGANIZACIONAL E OS FATORES ECONÔMICOS: UMA ANÁLISE DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

DOURADOS - MS
2024

MARCIANA LOPES DA SILVA OZÓRIO

**EFETIVIDADE DA PREVISÃO DE RECEITAS PRÓPRIAS, ESTRUTURA
ORGANIZACIONAL E OS FATORES ECONÔMICOS: UMA ANÁLISE DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional da Universidade Federal da Grande Dourados (PROFIAP/UFGD), como requisito para a obtenção do título de Mestra em Administração Pública.

Orientador: Professor Dr. Josimar Pires da Silva

DOURADOS - MS
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

O99e Ozorio, Marciana Lopes Da Silva
EFETIVIDADE DA PREVISÃO DE RECEITAS PRÓPRIAS, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E OS FATORES ECONÔMICOS: Uma Análise das Universidades Federais Brasileiras. [recurso eletrônico] / Marciana Lopes Da Silva Ozorio. -- 2025.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Prof. Dr. Josimar Pires da Silva.
Dissertação (Mestrado em Administração Pública) -Universidade Federal da Grande Dourados,
2025.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Orçamento Público. 2. Arrecadação Própria. 3. Universidades Federais. 4. Eficácia. 5. Sustentabilidade. I. Silva, Prof. Dr. Josimar Pires Da. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

FOLHA DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, agradeço a Deus, a fonte de toda inspiração, pelo fôlego de vida, por iluminar meus pensamentos e guiar meus passos durante a realização deste trabalho, me proporcionando ir mais longe do que pensei que fosse capaz. A Ele, toda honra e glória.

Ao amor e apoio incondicional da minha família, na pessoa do meu esposo Cleber, por seu apoio durante toda esta jornada. Aos meus filhos, Samuel e Jullyana, por sua compreensão e paciência nos momentos em que estive mais ausente.

Agradeço aos meus colegas de mestrado pelo aprendizado, especialmente as colegas Micheli e Sônia pelo companheirismo e incentivos diários, quando tudo parecia impossível.

Agradeço aos servidores da COOF/PROAP, por tornar o ambiente de trabalho produtivo e por carregarem o fardo comigo, tornando-o mais leve, principalmente, a amiga Cristiane que sempre se dispôs a me ajudar no processo de construção deste trabalho.

Agradeço aos meus professores, por compartilharem seus conhecimentos e experiências, por me desafiar a pensar criticamente e por me mostrarem o quanto o aprendizado é prazeroso. Em particular ao meu orientador, Prof. Dr. Josimar, por sua paciência e dedicação.

Agradeço à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da UFGD e ao PROFIAP pela oportunidade de realizar o Mestrado.

RESUMO

O orçamento público das universidades federais brasileiras desempenha um papel crucial em seu funcionamento e desenvolvimento. A previsão precisa de receitas próprias é fundamental para garantir a eficiência do planejamento financeiro e a execução das políticas públicas. A capacidade das universidades federais brasileiras em prever e arrecadar recursos próprios é fundamental para sua sustentabilidade financeira e para a oferta de serviços de qualidade. Dividido em dois capítulos, este estudo teve como objetivo principal analisar a efetividade da previsão de receitas próprias nas universidades federais brasileiras e os fatores estruturais e econômicos. No primeiro capítulo o estudo tem como objetivo analisar a efetividade das previsões de receitas próprias nas universidades federais brasileiras no período de 2015 a 2023. A pesquisa busca identificar quais instituições apresentam os melhores índices de efetividade. Os resultados da pesquisa evidenciam a complexidade e a dinâmica da arrecadação própria, marcada por variações significativas entre as instituições e ao longo do tempo. No segundo capítulo o estudo analisa como a estrutura organizacional e os fatores econômicos relacionados às universidades públicas federais do Brasil influenciam a eficácia da previsão da arrecadação própria. A pesquisa examinou dados disponíveis em relatórios contábeis, relatórios de gestão disponíveis nos *websites* das universidades federais de 2019 a 2023, bem como, levantamento de dados em sistemas do Governo, tais como, Tesouro Gerencial, INEP e IPEADATA para elaboração de relatórios para análises. Os resultados indicam que o número de programas de pós-graduação (PPGs), o corpo docente e a capacitação de servidores públicos são fatores que influenciam a eficácia da arrecadação própria. Por outro lado, em relação aos ativos imobilizados e ao PIB, os achados revelaram a necessidade de melhorias nas estratégias de políticas públicas que promovam a equidade regional e o fortalecimento das instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Orçamento Público; Arrecadação Própria; Universidades Federais; Eficácia; Sustentabilidade.

ABSTRACT

The public budget of Brazilian federal universities plays a crucial role in their operation and development. Accurate forecasting of self-generated revenues is essential to ensure efficient financial planning and the implementation of public policies. The ability of Brazilian federal universities to predict and collect self-generated revenues is fundamental to their financial sustainability and the provision of quality services. Divided into two chapters, this study aimed to analyze the effectiveness of self-generated revenue forecasting in Brazilian federal universities and the structural and economic factors influencing it. In the first chapter, the study seeks to evaluate the effectiveness of self-generated revenue forecasts in Brazilian federal universities from 2015 to 2023. The research aims to identify which institutions demonstrate the highest levels of forecasting accuracy. The findings highlight the complexity and dynamics of self-generated revenue collection, characterized by significant variations across institutions and over time. In the second chapter, the study examines how the organizational structure and economic factors related to Brazil's federal public universities influence the effectiveness of self-generated revenue forecasting. The research analyzed data available in financial reports, management reports published on federal university websites from 2019 to 2023, as well as data collected from government systems, such as Tesouro Gerencial, INEP, and IPEADATA, to prepare reports for analysis. The results indicate that the number of postgraduate programs (PPGs), faculty size, and the professional development of public servants are factors that influence the effectiveness of self-generated revenue collection. On the other hand, concerning fixed assets and GDP, the findings revealed the need for improvements in public policy strategies to promote regional equity and strengthen higher education institutions.

Keywords: Public Budget; Self-Generated Revenue; Federal Universities; Effectiveness; Sustainability.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Summary of variables (Continua).....	63
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Efetividade de Previsão de Arrecadação em % (Continua)	34
Tabela 2 - Efetividade de Arrecadação das Universidades Federais em 2023 (Continua)	39
Tabela 3 - Estatística Descritiva.....	66
Tabela 4 - Resultado do Modelo Econométrico (Continua)	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Etapas da Receita Orçamentária.....	26
Figura 2 - Métricas para elaboração do relatório.....	32
Figura 3 – Porcentagem (%) de efetividade de Arrecadação – UFES.....	33
Figura 4 - Métricas para elaboração do relatório.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
EC	Emenda Constitucional
EGLS	Estimadores de Mínimos Quadrados Generalizados
EFT	Efetividade da Arrecadação Própria
FACE	Faculdade de Ciências Econômicas.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
GLS	Mínimos Quadrados Generalizados
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior.
IMOB	Valor total do Ativo Imobilizado
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias.
LOA	Lei Orçamentária Anual.
MEC	Ministério da Educação.
MTO	Manual Técnico de Orçamento
NGP	Nova Gestão Pública
NPPG	Número de Programas de Pós-Graduação
NTD	Número Total de Docentes
OCC	Orçamento de Outros Custeios e Capital
PEC	Proposta de Emenda a Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
PLOA	Proposta de Lei Orçamentária Anual
PNE	Plano Nacional de Educação.
PPA	Plano Plurianual.
PPG	Programas de Pós-Graduação
PROUNI	Programa Universidade para todos
RCPG	Relatório Contábil de Propósitos Gerais
RE	Receita Estimada

RG	Relatório Geral
RR	Receita Realizada
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle.
SOF	Secretaria de Orçamento Federal.
STN	Secretaria do Tesouro Nacional.
TCU	Tribunal de Contas da União.
TED	Termo de Execução Descentralizada.
TG	Tesouro Gerencial
UFAPE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
UFCAT	Universidade Federal de Catalão
UFDPar	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados.
UG	Unidade Gestora
UFAPE	Universidade Federal do Agreste Pernambucano
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFES	Universidades Federais de Ensino Superior.
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFJ	Universidade Federal de Jataí
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFR	Universidade Federal de Rondonópolis
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFT	Universidade Federal do Norte de Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

UNIPAMPA

Fundação Universidade Federal do Pampa

UNIRIO

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UTFPR

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	13
CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DA EFETIVIDADE DE PREVER RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DE FONTES PRÓPRIAS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DO BRASIL	17
1 INTRODUÇÃO	19
2 REVISÃO DE LITERATURA	22
2.1 A NOVA GESTÃO PÚBLICA.....	22
2.2 O CICLO DO ORÇAMENTO PÚBLICO DO BRASIL	23
2.3 O PROCESSO DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL	25
2.4 A EFICÁCIA DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA PARA MANUTENÇÃO DAS UNIVERSIDADES	28
2.5 ARRECADAÇÃO PRÓPRIA: UMA DECISÃO DE GESTÃO	29
3 METODOLOGIA	31
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
CAPÍTULO 2 - EFETIVIDADE DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE RECEITAS PRÓPRIAS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DO BRASIL E OS FATORES ECONÔMICOS	50
1 INTRODUÇÃO	51
2 PLATAFORMA TEÓRICA E FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES	53
2.1 NÚMERO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	54
2.2 NÚMERO DE SERVIDORES DOCENTES EFETIVOS	55
2.3 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES.....	56
2.4 VALOR TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	57
2.5 ESTIMATIVA DO PIB PER CAPITA ESTADUAL.....	58
3 METODOLOGIA	60
3.1 SELEÇÃO DE AMOSTRA E PERÍODO DE TESTE	60
3.2 MODELO E VARIÁVEIS	61
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	65
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E TESTES ESTATÍSTICOS PRELIMINARES.....	65

4.1 RESULTADOS EMPÍRICOS DA EFETIVIDADE DA ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PRÓPRIAS	67
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

1 INTRODUÇÃO GERAL

O orçamento público no Brasil é o processo no qual o Poder Legislativo aprova e autoriza, por um período determinado, os gastos destinados ao funcionamento dos serviços públicos em geral, bem como outras despesas previstas em políticas econômicas. Além disso, ele prevê a arrecadação de receitas para cobrir esses gastos, atendendo às demandas do governo e dos cidadãos (Carvalho, 2014). Portanto, o orçamento público desempenha um papel crucial no planejamento das finanças públicas e na viabilidade da execução das políticas estabelecidas para o país.

A estimativa da receita pública é fundamental para o planejamento orçamentário, pois é a partir dela que as despesas são definidas para a execução das ações que sustentam as políticas públicas. É de suma importância que a estimativa de receita seja precisa, pois subestimá-la pode resultar em conflitos durante a execução, enquanto super estimá-la pode levar a frustrações na implementação das políticas públicas (Baleeiro, 1981; Silva, 2014; Kanayama, 2016; Caetano, 2019; Secchi, 2019; Piscitelli, 2019; Abraham, 2023), sobretudo nas universidades, onde aprimorar a precisão das estimativas de receita pública é uma prioridade, visto que isso não apenas fortalece o planejamento orçamentário, mas também contribui para uma implementação mais eficaz dos programas e ações governamentais.

As universidades públicas federais no Brasil desempenham um papel essencial na formação de capital humano e no desenvolvimento científico e tecnológico do país. Para além de suas funções educacionais e de pesquisa, essas instituições gerenciam uma ampla gama de recursos financeiros, dos quais uma parte significativa advém de receitas orçamentárias de fontes próprias. Essas receitas, frequentemente geradas por meio de prestação de serviços, contratos, convênios, doações, eventos e parcerias com o setor privado, complementam os recursos provenientes do orçamento público. A gestão eficiente dessas fontes de receita é essencial não apenas para garantir a sustentabilidade financeira das universidades, mas também para assegurar a ampliação e a manutenção de atividades acadêmicas e de pesquisa, muitas vezes dependentes de uma estrutura adequada de financiamento (Brasil, 1988; Brasil, 2002; Caetano, 2023).

As universidades públicas federais são dotadas de autonomia universitária, inclusive no que tange a sua gestão financeira e patrimonial (Brasil, 1988; Caetano e Campos, 2019), tendo sua manutenção orçamentária sustentada pela União (Brasil, 1996). No entanto, são entidades que se utilizam da arrecadação própria para o fomento de suas atividades institucionais,

investimentos e de projetos (Brasil, 2010), com o objetivo de alcançar a missão de ensino, pesquisa e extensão de qualidade.

Giacomoni (2010) argumenta que o orçamento público, além de sua função alocativa, é o principal instrumento para viabilizar políticas públicas de redistribuição de renda. No contexto de uma universidade pública, esse princípio pode ser observado na implementação de políticas que visam garantir o acesso universal e gratuito à educação superior, contribuindo diretamente para a redução das desigualdades.

Durante o período de 2003 a 2020, os dados concernentes à execução orçamentária das universidades públicas demonstram que estas têm enfrentado sérias dificuldades para assegurar o desenvolvimento de suas atividades (Reis e Macário, 2020). Similarmente, é considerado que as universidades, inclusive, internacionalmente enfrentam um problema crítico em relação às suas necessidades de recursos (Wang, 2019). Para Oliveira (2023) os recursos alocados pelo Governo às universidades têm sido insuficientes para sua manutenção.

Tal situação de escassez orçamentária intensificou-se ainda mais com a imposição de limites aos investimentos e despesas públicas primárias por vinte anos no Brasil (Brasil, 2016). Segundo Oliveira e Corrêa (2021), o Novo Regime Fiscal compromete o funcionamento das instituições federais de ensino superior, diante dos reflexos no acesso gratuito, promovendo a exclusão social. Além disso, a priorização dos gastos públicos e a crise financeira são apontadas como justificativas para os cortes e bloqueios orçamentários nas universidades (Duarte e Maior, 2012; Caetano e Campos, 2019; Castilhos, 2021; Caetano, 2023; Oliveira, 2023).

Neste contexto, as universidades públicas federais buscam diversificar a disponibilidade de recursos orçamentários através da arrecadação própria, utilizando seus próprios esforços institucionais, como os serviços prestados à comunidade externa, para compor sua peça orçamentária anual. Embora a eficiência das universidades públicas não seja avaliada pelo montante de sua arrecadação própria, esses recursos são essenciais para manter o funcionamento dessas instituições (Caetano, 2023).

Recentemente, com a publicação da Emenda Constitucional nº 126/2022, também chamada de PEC da transição, as despesas custeadas com recursos de receitas próprias, de doações ou de convênios, contratos e outras fontes das instituições federais de ensino foram excluídas do teto de gastos, com efeitos a partir do exercício de 2023.

Neste ponto, há uma lacuna na literatura anterior em termos de evidenciar em percentuais a efetividade com que as universidades públicas federais efetuam suas estimativas de arrecadação no momento da elaboração da sua proposta orçamentária anual para o Ministério

da Educação (MEC), bem como, evidenciar quais variáveis afetam ou contribuem para tal assertividade. considerando que não havia interesse em investir em novas fontes de recursos, uma vez que todas as fontes estavam submetidas a imposição de limites orçamentários.

Conforme trabalho realizado por Caetano (2023) em sua tese “Fonte própria como recursos financeiros adicionais: fato ou ilusão?” o autor discorre que as universidades com maiores montantes arrecadados são também as mesmas que recebem o maior volume de orçamento público da fonte tesouro, ou seja, estas universidades possuem maior potencial de arrecadação devido aos recursos investidos nela. Assim sendo, este trabalho pretende averiguar, no rol de todas as universidades públicas federais brasileiras, os percentuais de efetividade e quais variáveis impactam neste resultado.

Para tanto, este estudo voltado para a área de concentração sobre o Estado, as instituições e a gestão de políticas públicas e de organizações, do Mestrado Profissional em Administração Pública em rede, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), propõe os seguintes objetivos:

Objetivos Geral: analisar a efetividade de estimativas de arrecadação própria e as variáveis determinantes que interferem nesse resultado, mediante análise das 69 universidades brasileiras entre os anos de 2015 a 2023.

Objetivos específicos:

- Analisar a efetividade da previsão de receitas próprias nas universidades federais brasileiras;
- Evidenciar a relação entre efetividade da previsão de receitas próprias nas universidades federais brasileiras com a estrutura organizacional e os fatores econômicos.

Sob essa perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo principal analisar a efetividade do planejamento orçamentário de arrecadação própria realizada pelas Universidades Federais brasileiras no período compreendido entre os anos de 2015 e 2023. Busca-se, inicialmente, identificar quais instituições apresentam os melhores índices de efetividade em suas decisões. Além disso, o estudo pretende examinar os fatores econômicos e estruturais por meio de um modelo econométrico, cuja base de dados trabalha o intervalo de 2019 a 2023. O foco primordial é identificar, de maneira objetiva, as variáveis que podem impactar num planejamento orçamentário eficaz, tais como: a) número de Programas de Pós-graduação; b) Número de Docentes; c) Valor pago na ação orçamentária 4572 - Capacitação de Servidores;

d) Valor total do Ativo Imobilizado; e) Estimativa do PIB (Produto Interno Bruto) Per Capita Estadual.

Para tanto, foram realizadas consultas no Relatório de Gestão – RG e Relatório Contábil de Propósitos Gerais (RCPG) das universidades, disponível nos respectivos web sites; no sistema Tesouro Gerencial – TG,; SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira a fim de extrair os dados da estimativa de receita, arrecadação e os possíveis determinantes que impactam neste resultado.

Pelo exposto, o texto está organizado em 2 capítulos: no primeiro apresenta-se o referencial teórico sobre as teorias de administração públicas aplicadas ao planejamento orçamentário, o ciclo orçamentário nacional, o planejamento orçamentário das universidades, com enfoque na arrecadação de receitas próprias e a expectativa da efetivação desta receita para manutenção das IFEs, e em seguida a metodologia e resultado dos dados acerca da efetividade de estimar arrecadação própria por meio do levantamento dos percentuais de efetividade de arrecadação própria das 69 universidades federais brasileiras entre os anos de 2015 a 2023, culminando nas conclusões finais do capítulo.

No segundo capítulo, com base nos índices de efetividade das estimativas de arrecadação própria, procede-se à análise das variáveis que podem influenciar os resultados obtidos. O objetivo central é analisar como a estrutura organizacional e os fatores econômicos relacionados às universidades públicas federais do Brasil influenciam a eficácia da previsão da arrecadação própria, por meio de um Modelo de Regressão Linear em Painel com Estimadores de Mínimos Quadrados Generalizados (EGLS). A pesquisa examinou dados disponíveis em relatórios contábeis, relatórios de gestão, tesouro gerencial e nos sites de 69 universidades federais de 2019 a 2023. A análise dos dados permitirá verificar o montante arrecadado em cada instituição pesquisada e correlacionar as variáveis que possivelmente contribuíram para tais resultados.

CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DA EFETIVIDADE DE PREVER RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DE FONTES PRÓPRIAS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DO BRASIL

RESUMO

O planejamento orçamentário, através do orçamento público, é uma ferramenta de controle financeiro e instrumento de realização de políticas públicas. A previsão assertiva de receitas é essencial para a eficácia na execução dos recursos públicos. Esta pesquisa aplicou-se em estudar as universidades públicas federais, no que se refere à efetividade com que estima as receitas de origem próprias. Os resultados mostram variações significativas na efetividade das previsões de arrecadação ao longo dos anos, com destaque para o impacto da pandemia em 2020, que reduziu a arrecadação, bem como, a recuperação em 2021, chegando a uma superação da previsão em 2023 (107%). Algumas universidades, especialmente as mais novas, apresentaram desempenhos inconsistentes, enquanto outras mostraram variações extremas nos percentuais de arrecadação em diferentes anos. Embora haja progresso na eficácia das previsões de arrecadação, a análise demonstra desafios no planejamento orçamentário, o qual requer uma reavaliação na formulação de previsão de receitas.

Palavras-chave: Planejamento. Orçamento Público. Receita Orçamentária. Efetividade.

ABSTRACT

Budget planning, through the public budget, is a financial control tool and an instrument for implementing public policies. Accurate revenue forecasting is essential for the effectiveness in the execution of public resources. This study was applied to examine federal public universities regarding the effectiveness with which they estimate revenues from their own sources. The results show significant variations in the effectiveness of revenue forecasting over the years, highlighting the impact of the pandemic in 2020, which reduced revenue collection, as well as the recovery in 2021, reaching an overachievement of the forecast in 2023 (107%). Some universities, especially the newer ones, presented inconsistent performances, while others showed extreme variations in revenue collection percentages in different years. Although there is progress in the effectiveness of revenue forecasts, the analysis demonstrates challenges in budget planning, which requires a reassessment in the formulation of revenue forecasts.

Keywords: Planning. Public Budget. Budget Revenue. Effectiveness.

1 INTRODUÇÃO

O orçamento público é uma ferramenta de planejamento e controle financeiro que reflete as políticas públicas implementadas pelo Estado para atender às demandas e interesses da sociedade. De acordo com Abraham (2023), ele também permite a previsão de receitas e a definição de despesas para um determinado período. A exatidão das previsões de receitas é geralmente considerada como um elemento-chave para a concepção e execução de políticas orçamentais sólidas. Grandes erros de previsão podem conduzir a problemas significativos de gestão orçamental, tais como atrasos nas despesas e uma política de despesas *stop-and-go*, e constituem um importante obstáculo ao desenvolvimento de um plano orçamental significativo a médio prazo. Além disso, planos orçamentais irrealistas são incompatíveis com os princípios básicos de transparência e diminuem a responsabilidade pública das operações orçamentais Kyobe e Danninger (2005).

Uma previsão sólida das receitas é essencial para a eficácia do orçamento, abrangendo a execução de programas de investimento e gastos públicos, a gestão da dívida e das finanças, bem como a formulação e implementação de estruturas fiscais e políticas públicas mais amplas. Contudo, instituições frágeis e uma base fiscal predominantemente pró-cíclica representam obstáculos persistentes para projeções de receitas robustas e imparciais, especialmente nos países em desenvolvimento (Avellan e Vuletin, 2015; Frankel, 2011).

Embora seja impossível eliminar completamente os erros de previsão, muitos países em desenvolvimento têm apresentado sistematicamente discrepâncias entre as estimativas das receitas orçamentárias e as receitas efetivamente arrecadadas. Entre 1985 e 1995, em uma amostra de 34 países de baixa renda, as previsões de receitas fiscais superaram os valores reais em 77% dos casos Kyobe e Danninger (2005), esse padrão é frequentemente atribuído à influência de fatores políticos nas estimativas de receitas. Lienert e Sarraf (2001) sugerem que as capacidades institucionais subdesenvolvidas são uma provável causa de previsões intencionalmente inflacionadas nos países em desenvolvimento.

Matias-Pereira (2017) afirma que o Brasil viveu uma “depressão econômica no biênio 2015-2016”, culminando na imposição do teto de limites de gastos públicos por 20 anos, atingindo, inclusive, as despesas com educação e a arrecadação própria das universidades. Segundo Oliveira e Corrêa (2021) o Novo Regime Fiscal compromete o funcionamento das instituições federais de ensino superior, diante dos reflexos no acesso gratuito, promovendo a exclusão social. Além disso, a priorização dos gastos públicos e a crise financeira são apontadas

como justificativas para os cortes e bloqueios orçamentários nas universidades (Duarte e Maior, 2012; Caetano e Campos, 2019; Caetano, 2023; Oliveira, 2023).

As universidades públicas, dada à sua capacidade de gerar arrecadação própria, ficam sujeitas às mesmas regras fiscais impostas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de cada exercício financeiro, todavia, com a publicação da Emenda Constitucional nº 126/2022, também chamada de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da transição, com efeitos a partir de 2023, foram excluídas do teto de gastos as despesas custeadas com receitas próprias, de doações ou de convênios, contratos ou outras fontes das (UFs), espera-se assim, que as universidades se esforcem mais para aumentar a geração de receita própria.

Caetano e Campos (2019) afirmam que a manutenção das universidades públicas federais é financiada pela União, Brasil (1996). No entanto, devido à autonomia universitária, que inclui a gestão financeira e patrimonial (Caetano, 2019; Brasil, 1988), essas instituições podem diversificar suas fontes de financiamento por meio da geração de receitas próprias. Isso representa uma forma pela qual as Universidades Públicas Federais (UFs) buscam complementar os recursos disponíveis, visando cobrir suas despesas de manutenção e investimento Caetano (2019).

O financiamento universitário é um tema relevante para a sociedade, pois trata da alocação de recursos públicos destinados à execução de políticas governamentais. Campos et al. (2021) discutem o Programa Universidade para Todos (PROUNI) em seu estudo e concluem que as instituições privadas se beneficiaram com o aumento de recursos devido às renúncias fiscais, enquanto as universidades públicas federais foram prejudicadas pela PEC 95/2016.

Nesse contexto, há uma lacuna na literatura quanto à análise da efetividade das previsões de arrecadação própria das Universidades Federais brasileiras. Esse elemento é relevante para o aprimoramento do sistema de gestão, permitindo avaliar quais instituições federais têm maior percentual de arrecadação própria em relação às estimativas previstas. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo analisar a efetividade de previsão de receitas próprias nas universidades federais brasileiras.

Para Oliveira (2023) o processo de arrecadação própria inicia-se em fase anterior a sua efetivação, ou seja, no seu planejamento, desta forma, as universidades precisam estruturar suas políticas de arrecadação para que seja possível potencializar as suas capacidades de gerar recursos, sendo assim, verificar os níveis da efetividade de estimativas de fontes de recursos próprios possibilita melhorar a gestão pública, aprimorar o planejamento e controle de arrecadação, estruturar a oferta de serviços para sociedade de modo a agregar valor à imagem

institucional, e por fim, verificar se há um planejamento efetivo na estimativa de arrecadação própria das UFes.

Para Harrington (1993) medir é o primeiro passo para melhorias em uma organização, portanto, realizar uma sondagem da efetividade com que as universidades públicas federais estimam as suas receitas orçamentárias de origem própria, é um processo de medição que resulta em um diagnóstico de onde estamos e onde queremos chegar, ou seja, faz-se necessário para implementação de um planejamento eficaz.

Por fim, este estudo é composto por três seções. Na primeira, apresentamos a introdução e a base teórica. Na segunda, tratamos dos métodos utilizados na pesquisa. Já na terceira, expomos os resultados obtidos, acompanhados das reflexões e discussões finais, que levam à conclusão do trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A NOVA GESTÃO PÚBLICA

De acordo com Chiavenato (2014), os princípios fundamentais da administração, como planejamento, organização, direção e controle, são ferramentas que permitem às instituições organizarem seus recursos de maneira eficiente. No contexto das universidades públicas, o planejamento orçamentário é um dos pilares mais relevantes, pois define as metas de curto, médio e longo prazo, em consonância com as políticas educacionais e com os limites estabelecidos pelo governo federal.

Bryson (1998) enfatiza que é necessário a participação dos *stakeholders* no planejamento estratégico, tomando como bases ferramentas mensuráveis para tomada de decisão. Segundo Boyne (2001) a adoção de práticas de planejamento estratégico resulta em melhoras nos indicadores de desempenho das instituições públicas, principalmente no que se refere a sua eficiência operacional.

Desde os anos 80, encontramos na literatura iniciativa de melhoria da gestão pública brasileira, tendo como principal objetivo ampliar a qualidade e a produtividade do serviço público, reverberando em práticas de governança pública, visto que a eficiência se tornou essencial para administração pública (Pereira e Spink, 2008; Ferreira, 2009; Pereira, 2010).

Para Bresser (1998) a partir do momento em que o Estado assumiu um número crescente de serviços, tais como, saúde e educação, a eficiência tornou-se vital frente à legitimidade da burocracia perante as demandas da sociedade. Segundo Pereira (2010) a descentralização de autoridade e das funções de governar passou a ser parte da governança, gerando a autonomia para as organizações públicas, como é o caso das universidades públicas federais, que a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passou a aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos com autonomia administrativa, orçamentária e patrimonial dos seus recursos disponíveis, inclusive, podendo aferir arrecadação própria.

Abrucio (2006) defende que modelos de governança contribuem para o desempenho e eficiência das universidades públicas, por meio da eficiência no emprego dos recursos públicos e incremento na *accountability* governamental, ou seja, a combinação de planejamento estratégico, controle rigoroso, transparência e eficiência na utilização dos recursos podem contribuir para que as universidades possam enfrentar os desafios impostos pelas restrições

orçamentárias e, ao mesmo tempo, garantir a qualidade de suas atividades acadêmicas e o cumprimento de seu papel social.

Diante disso, apresentamos a seguir o processo de planejamento orçamentário de receitas próprias das universidades públicas, partindo do contexto amplo, até sua singular aplicação.

2.2 O CICLO DO ORÇAMENTO PÚBLICO DO BRASIL

O orçamento público reflete o avanço democrático de forma clara no Brasil, visto que, partindo da Colônia e Império até a Constituição de 1988, a estrutura formal de elaboração do orçamento público progrediu de uma administração centralizada para o fortalecimento da democracia com o estabelecimento de princípios de transparência, participação popular e controle social do orçamento (Brasil, 1988; Filho, 2013; Brasil, 2000; Giacomoni, 2010; Arruda e Araújo, 2020).

Além disso, de acordo com Campos (2015), para o conjunto de universidades, a CF assegurou a sua autonomia universitária e patrimonial, estabeleceu a gratuidade do ensino superior e garantiu a destinação de 18% dos recursos arrecadados pela União para a manutenção e desenvolvimento do ensino superior.

O processo de planejamento orçamentário passa a ser sistemático, visando planejar, executar, controlar e avaliar as políticas públicas por meio dos três instrumentos de planejamento: O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (Brasil, 1988; Silva, 2014).

O Plano Plurianual representa um escopo elaborado pelo poder Executivo e submetido à aprovação do Legislativo a ser executado em longo prazo, sendo necessário determinar as diretrizes, os objetivos e as metas governamentais para um período de quatro anos, sendo que sua principal característica é orientar os recursos de forma a alcançar os objetivos propostos por cada Governo para as áreas de educação, saúde, infraestrutura e outros (Brasil, 1988; Silva, 2014; Arruda e Araujo, 2020).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as regras legais para atendimento das metas e prioridades do Governo para o exercício seguinte, incluindo a compatibilidade com o PPA, o diagnóstico situacional do orçamento, tais como, montante da dívida pública, demonstrativo de receitas, evolução de resultados do Plano Plurianual nos exercícios anteriores e avaliação do cumprimento de metas até aquele momento (Brasil, 1988; Brasil, 2000; Filho,

2013; Silva, 2014; Piscitelli, 2019). Por sua vez, a Lei Orçamentária Anual determina a estimativa de receita e fixação da despesa pelo período de 01/01 a 31/12 coincidente com o ano civil, sendo que, é a concretização das ações prioritárias do Governo, tornando realidade as metas estabelecidas pela LDO em consonância com o PPA (Silva, 2014).

A LOA abrange as entidades da Administração direta e indireta, das quais as universidades públicas são órgãos subordinados ao Ministério da Educação como uma fundação pública, que possui autonomia universitária e patrimonial (Brasil, 1988).

Conforme Arruda e Araujo (2020, p.54) “processo orçamentário sucedem-se no tempo e repetem-se com as mesmas características de período em período constituindo um ciclo”, neste sentido, o processo do planejamento orçamentário do MEC e de seus órgãos vinculados inicia-se na elaboração do orçamento anual da União, ainda que, conforme Piscitelli (2019), esteja impregnado de formalismo e ficção devido a sua base de dados partir da aprovação do último orçamento.

A aplicação adequada da estrutura programática evidenciará: “o que será implementado; para que os recursos serão alocados; qual o produto; quem, é responsável pela programação; quais os insumos utilizados ou adquiridos; e em que área de ação governamental a despesa será realizada” (Piscitelli, 2019, p. 124).

Assim sendo, são várias as ações orçamentárias para cada exercício financeiro, visando atender aos programas estabelecidos no PPA e o financiamento das instituições de ensino superior públicos, dentre as mais importantes, podemos citar: a ação 4002 – Assistência ao Estudante do Ensino Superior, 8282 – Reestruturação e Expansão das Instituições de Ensino Superior, 20RK – Funcionamento e Manutenção das Instituições de Ensino Superior e 20GK – Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (Brasil, 2014; Brasil, 2021, Brasil, 2024).

A definição da ação orçamentária está intrinsecamente ligada às suas fontes de financiamento, as quais determinam a origem das receitas. Nesse contexto, cabe às unidades orçamentárias, durante a estimativa de suas receitas próprias, especificar qual ação orçamentária será financiada pelos recursos provenientes da arrecadação própria. Posteriormente, na execução do orçamento, é necessário direcionar esses recursos de forma a cumprir as metas e objetivos associados àquela função programática (Brasil, 2024).

Consequentemente, os recursos provenientes da arrecadação própria têm uma importância significativa para as universidades públicas, podendo ser direcionados tanto para despesas de manutenção quanto para investimentos. Em sua maioria, esses recursos são

destinados a atender as ações orçamentárias 20RK – Manutenção, 8282 – Reestruturação e 20GK - Fomento a bolsas de pesquisa e extensão das unidades orçamentárias.

2.3 O PROCESSO DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL

As fontes de financiamento disponíveis para o planejamento orçamentário anual das universidades derivam principalmente do Governo Federal. Essas fontes são conhecidas como fontes do Tesouro Nacional ou "Fundo Público Federal", composto por impostos, taxas e contribuições pagos pela população (Caetano e Campos, 2019). Além disso, as universidades também contam com recursos de arrecadação própria (Brasil, 1996; Brasil, 1988; Caetano e Campos, 2019). Adicionalmente, existem os recursos de Termos de Execução Descentralizada (TED) que são provenientes de outros órgãos e ministérios da esfera pública federal, mas não fazem parte da elaboração da PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual) das universidades.

O planejamento corresponde à previsão da arrecadação ou a estimativa de receitas para o exercício seguinte, pois são consideradas como ingressos de recursos para cobertura das despesas públicas. Assim sendo, são consideradas receitas as arrecadações que têm origem no esforço próprio dos órgãos e demais entidades nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do próprio patrimônio e remunerada por preço público ou tarifas, bem como, o produto da aplicação financeira desses recursos. (SOF, 2002; Piscitelli, 2019; Arruda e Araujo, 2020).

As principais naturezas de receitas aplicáveis às universidades públicas são as correntes:

- a) Alugueis e Arrendamentos;
- b) Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos;
- c) Serviços Administrativos e Comerciais Gerais;
- d) Inscrição em Concursos e Processos Seletivos;
- e) Serviços de Informação e Tecnologia;
- f) Doações;
- g) Multa previstas em contratos;
- e h) Receita Agropecuária e, as de capital:

- a) provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas (operações de crédito);
- b) da conversão, em espécie, de bens e direitos (alienação de bens);
- c) da amortização de empréstimos;
- d) de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender à formação de um bem de capital, da integralização de capital, (Brasil, 1996; Brasil, 2002; Piscitelli, 2019; Arruda e Araújo, 2020; Caetano, 2021; Oliveira, 2023; MTO, 2024).

O Manual Técnico de Orçamento (MTO) para 2024 especifica que, diante do modelo orçamentário vigente no país, as etapas para Receita Orçamentária são: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento, conforme figura abaixo.

Figura 1 - Etapas da Receita Orçamentária



Fonte: Elaborado pelo autor com base no MTO (2024).

Conforme orientações da Secretaria de Orçamento Federal pelo MTO, a previsão das receitas requer o atendimento das leis correlatas, tal como a LRF, principalmente, no que se refere a sua estimativa, que serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas. Arruda e Araujo (2020), afirmam que a primeira etapa da receita, chamada de previsão, indica para a Fazenda Pública uma expectativa de receita, configurando-se como a etapa de planejamento, sendo imprescindível um detalhamento do que se pretende arrecadar.

Para tanto, o MEC envia às universidades federais até meados de abril de cada ano, ofícios com orientações e prazos para informar as estimativas de receitas para o ano seguinte, tal procedimento é sistematizado pelo Sistema Integrado de Monitoramento (SIMEC), Execução e Controle. No SIMEC é necessário que as universidades preencham quais as naturezas de receitas que pretendem arrecadar, o valor estimado, as planilhas estimativas, justificativas com memórias de cálculo e documentos que comprovem que tais receitas podem de fato ocorrer.

Findo o prazo estipulado para o envio de tais informações, o MEC começa uma análise minuciosa dos montantes estimados por cada universidade, onde há questionamentos sobre a viabilidade de arrecadação, ou seja, caso as informações enviadas não estejam com um grau de confiabilidade adequado diante dos parâmetros indicados pelo MEC, as naturezas de receitas reprovadas são devolvidas para ajustes ou apresentação de nova documentação que comprove a possível efetivação de tais receitas. Após a análise, o MEC compila todas as informações e envia para a Secretaria de Orçamento Federal, com o objetivo de compor a estimativa de receita na fase de elaboração da PLOA do Governo Federal.

Portanto, torna-se evidente que a previsão de receitas próprias das universidades federais demanda um esforço institucional por parte dos gestores, esforço este, que visa implementar iniciativas e estratégias que promovam uma maior autonomia na tomada de decisão sobre a destinação dos recursos orçamentários disponíveis. Isso porque as receitas próprias refletem a capacidade das universidades em fornecer bens e serviços à comunidade externa, conforme Lima e Diniz (2016) e sua discricionariedade em aplicar os recursos de maneira eficiente para atender despesas com projetos específicos e até mesmo com a manutenção do custeio da unidade (Facco, 2021).

Conforme Guimarães e Silva (2023) as universidades sofreram uma verdadeira precarização no desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão devido aos cortes orçamentários ocorridos nos últimos anos, este fato, é corroborado no estudo de Gualandi Filho *et al.* (2023) onde relatam que a pandemia da COVID-19 trouxe fortes impactos no sistema educacional brasileiro, que já estava em desmantelamento, havendo uma redução de 8,61% do seu orçamento no ano de 2021.

Além disso, de acordo com Oliveira (2023) desde 2012 a única despesa que vem recebendo aumento de orçamento se trata da despesa com pessoal e encargos sociais, isso demonstra que nos últimos dez anos não houve incremento orçamentário para atender as despesas com manutenção das UFEs, e além disso, as despesas com manutenção não são estáticas, visto que com o passar dos anos, os prédios se tornam velhos, equipamentos obsoletos, há repactuação de contratos essenciais, fazendo com que os recursos que já são escassos, se tornem ainda mais curtos.

Dutra e Brisolla (2020) argumentam que cortes orçamentários ocorridos nas universidades, principalmente, em decorrência da PEC 95/2016, resultou em discrepâncias no que tange às metas do Plano Nacional de Educação (PNE), pois não há como garantir o seu cumprimento, visto que sem financiamento público adequado, a garantia de acesso, permanência dos alunos, melhoria das condições de trabalho para os educadores e infraestrutura das escolas ficam comprometidos, aumentando assim, a desigualdade social.

Neste sentido, as universidades federais brasileiras têm buscado aumentar a arrecadação própria para complementar o custeio e enfrentar restrições orçamentárias impostas pelo governo, a arrecadação própria representa uma importante ferramenta de diversificação das fontes de recursos disponíveis.

2.4 A EFICÁCIA DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA PARA MANUTENÇÃO DAS UNIVERSIDADES

As Universidades públicas são importantes para o desenvolvimento da nação, pois geram capital intelectual, pesquisas, mão de obra capacitada e inúmeros benefícios para a região na qual se encontram, sendo que as universidades têm o potencial de atuar como motores de desenvolvimento sustentável, promovendo práticas que aliam progresso econômico com responsabilidade ambiental e social, fomentando, assim, o desenvolvimento integrado de suas regiões de influência, mas para atingir esta política social é necessário dispor de recursos orçamentários e financeiros (Duarte e Oliveira, 2012; Gualandi Filho *et al.*, 2023).

Caetano e Campos (2021) em seu trabalho a respeito da captação de recursos próprios pelas universidades, numa análise do montante arrecadado entre os anos de 2010 a 2020, identificou que no ano de 2014 a arrecadação própria chegou ao valor de R\$ 1,73 bilhão e que o menor valor arrecadado foi no ano de 2020 com 800 milhões, ou seja, houve uma queda de 53,7% no período. Sabe-se que, em 2020, no auge da pandemia, muitos setores públicos e privados foram impactados na sua capacidade de geração de receitas devido ao fechamento do comércio e à proibição de aglomeração de pessoas, isto justifica a queda expressiva. Todavia, no trabalho citado, os autores esclarecem que tal situação se deve aos impactos da Emenda Constitucional 95/2016. De acordo com Caetano e Campos (2021) a capacidade de geração de receita das universidades federais chega a 10% do recurso total de custeio e investimento que elas dispõem para sua gestão.

Conforme acompanhamento orçamentário realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) em 2023 a previsão de arrecadação própria das universidades federais foi estimada em R\$ 835,2 milhões, deste valor efetivou-se R\$ 891,3 milhões, ou seja, houve um superavit de 7,5% chegando a 56 milhões de reais arrecadados a mais que o previsto. Para o ano de 2024, a estimativa de arrecadação de receitas próprias chega a 791 milhões, cerca de 13% do valor da dotação autorizada na LOA para as despesas discricionárias.

Diante do novo cenário fiscal, com o fim da limitação de gasto para despesas com recursos de arrecadação própria, legalizada por meio da Emenda Constitucional (EC) 126/2022, a tendência é que haja um estímulo para que as universidades aumentem a sua capacidade de arrecadação própria, visto que, como explanado anteriormente, a arrecadação própria é uma

forma de incrementar os recursos disponíveis para atender projetos específicos de fomento ao ensino, pesquisa e extensão das universidades públicas federais.

Estudos anteriores abordaram diversas questões relacionadas à arrecadação própria das universidades federais, incluindo a correlação com a matriz Orçamento de Outros Custeios e Capital (OCC), a percepção dos gestores sobre essa arrecadação, estratégias alternativas para captação de receita agropecuária, o impacto da arrecadação própria na mercantilização do ensino público, a análise da autonomia das universidades na execução das receitas próprias, estudos de caso e análises das universidades com maior volume de arrecadação, entre outros (Campos, 2015; Almeida, 2018; Araujo, 2018; Facco, 2021; Caetano e Campos, 2021; Caetano, 2023; Oliveira, 2023). No entanto, não há uma análise abrangente de todas as universidades federais que investiguem o percentual entre o valor previsto de arrecadação e o valor efetivamente arrecadado. Tal análise visa mensurar a eficácia e a precisão do planejamento orçamentário dessas instituições.

No âmbito internacional, Vonbun e Oliveira (2012) no seu estudo sobre uma comparação internacional das universidades públicas e uma lição para o Brasil, concluem que é necessário diminuir os custos e melhorar a qualidade do ensino superior, sendo que a recomendação óbvia sugere elevar a eficiência do gasto, inclusive, mediante novas fontes de recursos. Além deste, Tumenas (2021), ao abordar o financiamento das universidades líderes nos rankings internacionais, demonstra que não há um padrão que viabilize a busca por uma solução ótima de financiamento próprio para as universidades e não há que se comparar o sucesso de uma instituição isoladamente, mas sim, o sistema universitário como um todo, para atender as políticas públicas prioritárias, o que corrobora a análise da efetividade da previsão de arrecadação própria por meio de variáveis independentes, aplicáveis a qualquer instituição universitária pública.

2.5 ARRECADAÇÃO PRÓPRIA: UMA DECISÃO DE GESTÃO

A arrecadação própria das universidades públicas federais é uma decisão discricionária do gestor público, sendo que sua manutenção ou exclusão perpassa pela escolha pública, no que tange aos interesses e motivações envolvidos no processo, ou seja, conforme Milhomem (2019), requer que sejam considerados os custos e benefícios da sua implementação, mas em todo caso, trata-se de utilizar toda sua capacidade produtiva visando ampliar as suas fontes de recursos orçamentários.

Ribeiro e Bliacheriene (2013), destacam que é necessário antes de qualquer tomada de decisão, buscar a participação social visando estabelecer a diversidade de interesse e visão de mundo. Além disso, é necessário defender os direitos do principal conforme defendido por Jensen e Meckling (2008), haja vista que, conforme Teixeira e Gomes (2019) os aspectos da eficiência e do desempenho fazem parte das ações diárias dos agentes públicos.

Ante o exposto, Teixeira e Gomes (2019), infere que diante dos “picos e vales” por que passam as contas públicas, os cidadãos esperam que além de serem executadas as políticas públicas estas possam ser realizadas com eficiência, desta forma, é de vital importância aumentar o leque de opções de financiamento visando garantir os direitos sociais mediante a oferta de cursos superiores de qualidade e gratuitos.

Dado o valor expressivo que as universidades federais arrecadam, bem como, o impacto positivo a que estes recursos podem reverter em qualidade intelectual à sociedade, o presente trabalho propõe investigar a eficácia das 69 universidades federais brasileiras na previsão de suas receitas próprias entre os anos de 2015 a 2023, fornecendo dados importantes sobre a precisão com que essas instituições projetam e geram recursos financeiros através de suas próprias iniciativas.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, pois de acordo com Marconi e Lakatos (2010) é caracterizada pelo uso de métodos e técnicas estatísticas para a coleta, análise e interpretação de dados, de forma padronizada e generalizada.

Posto isto, a população da amostra abrange todas as universidades públicas federais que possuem recursos orçamentários e financeiros provenientes de arrecadação própria. Conforme a Portaria-TCU Nº 75, de 29 de março de 2023, atualmente, existem um total de 69 universidades públicas federais, sendo que, 20 estão localizadas no Nordeste, 19 no Sudeste, 11 no Norte, 11 na região Sul, e por fim, 8 no Centro-Oeste.

O período da amostra foi escolhido por atender um intervalo de 9 anos, com informações disponíveis nos web sites, visto que anterior a este ano, não há dados consistentes disponíveis nos sites das universidades, mesmo assim, proporciona uma série histórica robusta para identificar quais universidades obtiveram os maiores percentuais de efetividade de estimativa de arrecadação própria, bem como, conforme Box, Jenkins, and Reinsel (2019), a modelagem de séries temporais ajuda a capturar e interpretar padrões temporais, como ciclos e sazonalidades, que podem ser cruciais para previsões e tomadas de decisão.

Segundo Gil (2010), a busca de informações em arquivos elaborados pelas instituições pesquisadas e que receberam algum tipo de análise crítica, refere-se a pesquisa documental, da mesma maneira Marconi e Lakatos (2010) reafirmam que análise documental é uma técnica de coleta de dados que envolve a consulta de documentos escritos ou audiovisuais para extrair informações. Sendo assim, para determinar os valores da estimativa e da receita realizada das Universidades Federais (UFs), foram coletadas informações a partir do balanço orçamentário de cada uma delas, disponível no Relatório Contábil de Propósitos Gerais das UFs, acessível publicamente em seus websites. Além disso, foi extraído um relatório do sistema Tesouro Gerencial, com os dados disponibilizados em formato de planilha.

O Tesouro Gerencial (TG), conforme Roriz (2016), foi implementado em 2015, sendo uma ferramenta para controle da gestão orçamentária e financeira no âmbito federal, fornecendo informações confiáveis, complexas e dinâmicas. Este sistema permite consultar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo federal, incluindo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, e extrair relatórios com base nos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

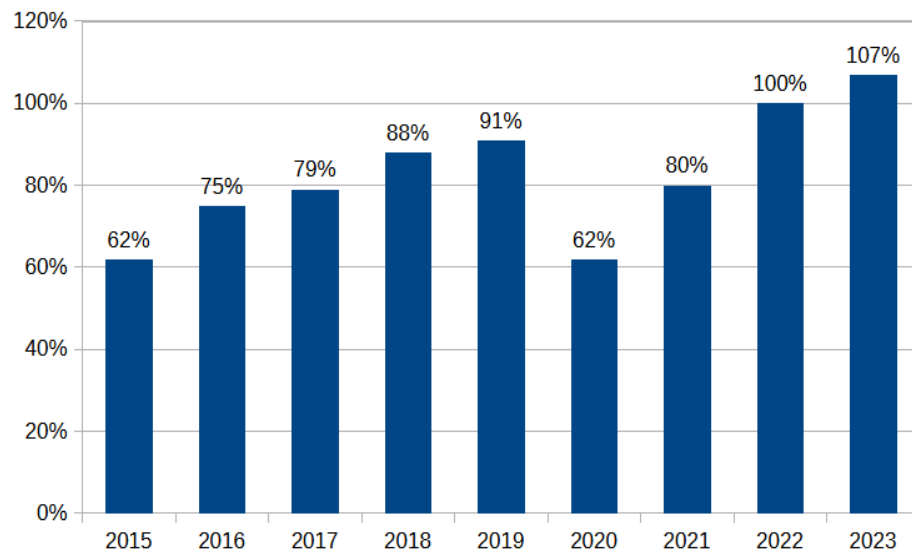
Para a condução do estudo, foram estabelecidos três parâmetros de filtragem o TG: a) Seleção das Unidades Gestoras (UGs) vinculadas ao Ministério da Educação (MEC); b) Seleção

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como é possível observar na Figura 3, entre 2015 a 2017 a efetividade da previsão obteve, respectivamente, o patamar de 62%, 75% e 79%, já no período de 2018 e 2019, o gráfico mostra certa estabilidade com aumento na efetividade de 88% e 91%, em 2020 observa-se uma queda significativa no percentual de efetividade da estimativa de arrecadação própria, que fechou em 62%, influenciada pela pandemia da COVID-19, visto que afetou significativamente a prestação de serviços.

Por conseguinte, em 2021 começa a recuperação da efetividade, onde as universidades atingiram 80%, já em 2022 pela primeira vez, no período do estudo, atingiu o percentual de 100%, seguido de 2023 onde houve a conquista da superação do valor previsto em que a efetividade chegou a 107%.

Figura 3 – Porcentagem (%) de efetividade de Arrecadação – UFES



Fonte: Tesouro Gerencial, elaborado pelo autor (2024).

Isso demonstra que, como o processo orçamentário sucedem-se e repetem-se no tempo (Arruda e Araujo, 2020, p.54) ao passar dos anos as universidades estão saindo do formalismo exagerado e fictício (Piscitelli, 2019) para um planejamento eficiente de forma ampla.

As universidades recém-criadas, também chamadas de supernovas, quais sejam, Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Universidade Federal de Jataí (UFJ), Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr, Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) e Universidade Federal do Norte de

Tocantins (UFT), começaram suas atividades de arrecadação própria no ano de 2021, porém apresentam desempenhos inconsistentes com efetividade muito abaixo da previsão, sendo que, apenas no ano de 2023 pode-se observar assertividade, com percentuais chegando a 100%, isso pode ser reflexo da imaturidade de gestão ou desafios na consolidação administrativa e orçamentária, com tendência a melhorias.

Inferre-se dos dados, na figura que índices muito elevados não são padronizados por universidades, como, por exemplo, a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco com percentual de 368% em 2015, caiu para 15% e 32% em 2020 e 2021, e retomou um crescimento em 2022.

O cerne da questão é que obter superavit em 2015 significava perda de recursos, pois com a imposição de limites, não havia suplementação de créditos para utilização do recurso excedente, por isso, o percentual ideal de efetividade é quanto mais próximo de 100% melhor. Ocorre que, nem sempre um percentual elevado de efetividade significa montantes financeiros altos, muito pelo contrário, demonstra mesmo uma previsão errônea, que em muitos casos, não levou em consideração as fontes de receitas de fácil concretização.

Presumivelmente, a imprecisão de aferição de receitas próprias pode ter prejudicado a execução de políticas públicas institucionais, fazendo com que despesas previstas não se concretizasse ou na consolidação de valores muito acima do esperado, impedir a sua execução na totalidade, como consequência, os recursos públicos podem ter sido subutilizados ou desperdiçados (Kyobe e Danninger, 2005; Avellan e Vuletin, 2015; Frankel, 2011).

Tabela 1 - Efetividade de Previsão de Arrecadação em % (Continua)

Efetividade de Previsão de Arrecadação - 2015 a 2023 - em %									
Universidades	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	368%	187%	149%	90%	148%	15%	32%	627%	248%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	40%	91%	54%	95%	195%	32%	92%	126%	143%
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	54%	113%	103%	92%	79%	50%	69%	66%	92%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	125%	79%	63%	95%	88%	93%	111%	101%	102%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	30%	32%	49%	65%	140%	72%	84%	78%	160%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	67%	129%	106%	101%	52%	63%	83%	121%	144%
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	59%	61%	86%	87%	106%	77%	88%	101%	109%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	83%	88%	75%	132%	92%	57%	78%	122%	134%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	70%	79%	53%	95%	77%	50%	90%	72%	122%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	50%	76%	103%	56%	101%	103%	89%	84%	97%
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	80%	223%	86%	130%	173%	60%	194%	104%	59%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO	115%	90%	60%	69%	70%	73%	82%	104%	152%

PARANA									
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	63%	43%	50%	74%	116%	70%	101%	115%	89%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	76%	126%	94%	72%	92%	56%	101%	175%	126%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	92%	81%	80%	141%	87%	65%	72%	92%	93%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	80%	98%	99%	98%	159%	74%	111%	123%	116%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	46%	57%	67%	96%	100%	58%	62%	94%	85%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	109%	64%	113%	81%	124%	53%	102%	114%	270%
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	37%	75%	84%	106%	32%	27%	71%	88%	77%
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	122%	92%	87%	96%	120%	57%	110%	148%	85%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	52%	187%	63%	77%	116%	60%	303%	310%	346%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	27%	223%	173%	74%	154%	26%	85%	86%	69%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	60%	285%	64%	86%	194%	21%	133%	188%	379%
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	95%	93%	285%	123%	249%	38%	141%	-30%	67%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	127%	82%	59%	46%	46%	50%	168%	172%	-141%
UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	105%	129%	183%	56%	99%	23%	381%	67%	65%
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	216%	59%	113%	108%	136%	32%	46%	85%	57%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	91%	107%	95%	101%	101%	83%	75%	82%	197%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	25%	78%	167%	67%	115%	67%	139%	123%	55%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	118%	64%	50%	79%	75%	58%	139%	61%	86%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	116%	103%	122%	103%	72%	22%	85%	133%	60%
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO/RN	37%	113%	149%	146%	110%	33%	77%	220%	72%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	41%	73%	4%	84%	111%	44%	79%	74%	68%
UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	10%	142%	21%	9%	370%	41%	95%	72%	149%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	49%	163%	221%	991%	500%	134%	68%	104%	105%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO	17%	98%	87%	59%	96%	39%	122%	158%	136%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	58%	75%	246%	-70%	39%	22%	103%	213%	34%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	38%	56%	109%	89%	93%	65%	66%	75%	96%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO	74%	60%	106%	113%	53%	75%	99%	136%	147%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG	25%	72%	39%	68%	56%	37%	43%	78%	49%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	132%	122%	74%	37%	78%	54%	86%	355%	124%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE	165%	57%	49%	87%	148%	52%	27%	56%	74%

FEDERAL DO ACRE									
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	89%	87%	94%	56%	86%	45%	178%	264%	70%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	76%	95%	92%	128%	70%	36%	70%	77%	56%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	28%	49%	9%	71%	91%	41%	39%	68%	73%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	66%	167%	84%	66%	60%	31%	97%	91%	99%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	60%	147%	84%	82%	61%	69%	101%	101%	106%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	42%	161%	150%	55%	71%	140%	66%	288%	214%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	83%	108%	105%	103%	103%	37%	50%	92%	112%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	89%	93%	72%	98%	102%	109%	91%	95%	108%
FUN.UNIV.FED.DE CIENCIAS DA SAUDE DE P. ALEGRE	121%	99%	93%	118%	77%	61%	92%	76%	61%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	30%	71%	86%	76%	56%	32%	77%	108%	170%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA	165%	170%	95%	305%	47%	152%	82%	795%	146%
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	23%	16%	80%	71%	63%	111%	34%	97%	92%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	142%	58%	16%	114%	52%	23%	-101%	104%	76%
FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	125%	110%	96%	95%	106%	37%	35%	94%	101%
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	32%	45%	16%	36%	45%	40%	61%	105%	105%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	132%	35%	108%	155%	33%	65%	97%	68%	69%
UNIV.DA INTEG.INTERN. DA LUSOF.AFRO-BRASILEIRA	100%	205%	93%	78%	85%	29%	12%	551%	211%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	30%	168%	61%	517%	-12%	39%	12%	109%	106%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	-%	34%	61%	102%	174%	558%	40%	70%	117%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	14%	53%	115%	115%	105%	20%	13%	67%	78%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	-	-	79%	147%	48%	30%	531%	109%	772%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALAO	-	-	-	-	-	-	2%	39%	107%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI	-	-	-	-	-	-	14%	120%	102%
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONOPOLIS	-	-	-	-	-	-	0%	-96%	87%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAIBA	-	-	-	-	-	3%	2%	29%	108%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO	-	-	-	-	-	-	-	12%	19%
UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DE TOCANTINS	-	-	-	-	-	-	1%	3%	37%
TOTAL	62%	75%	79%	88%	91%	62%	80%	100%	107%

Fonte: Adaptado pelo autor de Tesouro Gerencial (2024).

Collins e Porras (1994), discute a longevidade organizacional e afirma que as empresas antigas se destacam por manter uma visão sólida, acompanhada de um planejamento estratégico eficaz, no entanto, o que observamos nas universidades é que nenhuma alcançou a efetividade de 100% em todos os anos da pesquisa, pelo contrário, mesmo diante de entidades com mais tempo de existência, mostra-se falta de alinhamento entre o planejamento estratégico e as condições reais de arrecadação.

À vista disso, algumas universidades mantiveram certa proximidade com efetividade ideal nos anos da pesquisa, como são os casos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) com realizações próximas às previsões na maior parte dos anos. Já a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) manteve índices sempre muito acima de 100%, apesar de demonstrar capacidades cada vez maiores de captação de recursos, não reflete assertividade na previsão de receitas, que é o objeto de estudo.

Em todos os anos da pesquisa, observa-se alterações regionais que refletem o desenvolvimento socioeconômico das áreas onde as universidades estão localizadas, sendo que as regiões Sul e Sudeste tendem a apresentar um desempenho superior ao de instituições em regiões menos desenvolvidas, como as universidades federais do Norte e Nordeste. No que concerne ao ano de 2015, ano inicial da pesquisa e com efetividade baixa, a análise revela importantes disparidades entre a previsão de receita e as receitas realizadas, o que reflete diferentes capacidades de captação orçamentária entre as instituições.

As universidades com desempenho superior à previsão (>100%) foram, respectivamente, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) com 216%, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) com 127%, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) com 122%, Universidade Federal do Acre (UFAC) com 165%, Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) com 132% e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) com 118%. Por outro lado, as instituições que ficaram abaixo do esperado foram: Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) com 10%, Universidade Federal do Cariri (UFCA) com 14%, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) com 17%, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) com 37% e Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) com 30%. De forma mediana, destacam-se: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com 70%, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com 63%, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com 80% e Universidade Federal da Bahia (UFBA) com 54%.

Em 2023, ano *sui generis*, constata-se no quadro 02 que o total de receitas realizadas pelas universidades federais foi de R\$ 895.736.237,63, o que representa 107% da previsão total R\$ 835.245.292,00, denota-se com isto uma clareza na elaboração da previsão de receita, além disso, podemos observar uma reação ao novo regramento jurídico acerca da exclusão da imposição de limite de gasto para despesas oriundas de arrecadação própria das universidades (Brasil, 2022).

Ademais, podemos observar que as assimetrias entre as universidades continuam. A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), por exemplo, apresentou um percentual de 378% o maior do ano, todavia, ao analisar o Relatório Contábil da unidade, a justificativa para tal situação foram as seguintes: a) metodologia adotada pela SOF não considera fatores sazonais e distorce os dados da previsão; b) Previsão subestimadas; c) natureza de receita não prevista para Inscrevem concursos e proc. seletivos-principal, isto significa que, o planejamento institucional acerca das estimativas de receitas próprias não foi realizado de maneira concisa, uma vez que, valores subestimados e não programados foram as principais razões para o superávit.

Em contraste, instituições como a Universidade Federal do Agreste Pernambucano (UFAPE) apresentou uma previsão de receitas incompatível com a realidade, com percentual aproximado de 19%, o que pode indicar desafios na captação de recursos ou limitações administrativas devido a região em que estão inseridas.

Em valores monetários, chama a atenção os dados da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) que no ano de 2023 alcançou o nível de 133%, equivalente a 187 milhões arrecadados, aproximadamente 21% do total arrecadado por todas as instituições. Ao consultar os relatórios de gestão desta universidade, observa-se que há uma gama de convênios com instituições Municipais, Estaduais e contratos pela fundação de apoio para arrecadar e administrar projetos específicos voltados para o ensino e pesquisa.

Quanto a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), depreende-se do relatório de gestão 2023, que a variação negativa ocorreu devido a uma devolução de saldo e rendimentos relacionado a recursos de convênios, algo que não foi previsto, mas que influenciou negativamente na apresentação do balanço orçamentário da unidade trazendo um

percentual de — 141% ¹ .

Tabela 2 - Efetividade de Arrecadação das Universidades Federais em 2023 (Continua)

CÓDIGO	UNIDADE	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZADA	%
2625 4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	1.261.534,00	(1.774.325,58)	-141%
2645 6	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO	279.224,00	53.600,40	19%
2627 0	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	24.617.390,00	8.444.738,00	34%
2645 7	UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DE TOCANTINS	502.084,00	187.298,97	37%
2627 3	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG	3.978.410,00	1.937.329,23	49%
2626 1	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	2.407.289,00	1.322.719,34	55%
2627 7	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	9.233.313,00	5.182.292,84	56%
2625 8	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA	7.270.048,00	4.175.951,10	57%
2624 0	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	10.882.076,00	6.432.877,40	59%
2626 3	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	11.530.267,00	6.964.817,35	60%
2628 4	FUN.UNIV.FED.DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE P.ALEGRE	563.902,00	342.613,85	61%
2625 5	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	3.389.041,00	2.214.955,66	65%
2625 3	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA	622.030,00	416.475,86	67%
2626 6	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	818.955,00	553.848,49	68%
2644 1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	950.152,00	653.643,83	69%
2625 1	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	4.862.639,00	3.377.397,77	69%
2627 6	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	12.716.185,00	8.880.031,51	70%
2626 4	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO/RN	1.715.246,00	1.241.709,70	72%
2627 8	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	3.362.872,00	2.465.678,66	73%
2627 5	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	1.197.500,00	885.784,04	74%

¹ Pela Lei 4320/1964 os órgãos públicos devem obedecer a procedimentos contábeis para devolução de recursos não utilizados de convênios e rendimentos de outros exercícios. No caso da UFTM, o valor se justifica devido à devolução de recursos e rendimentos de aplicação financeira de convênios da UG Hospital de Clínicas naquele ano. Isso não significa que há um déficit, mas que a unidade não tinha orçamento para devolução, portanto, ficou com déficit orçamentário. Disponível em: <https://www.uftm.edu.br/PROAD/estrutura/dof/divisao-de-contabilidade/demonstracoes-contabeis>.

2635 1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	3.211.220,00	2.440.711,82	76%
2624 8	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	2.016.842,00	1.554.854,90	77%
2644 9	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	1.196.112,00	934.550,14	78%
2624 6	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	47.833.323,00	40.447.848,65	85%
2624 9	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	4.011.789,00	3.406.802,34	85%
2626 2	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	12.904.585,00	11.147.704,09	86%
2645 4	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS	239.400,00	208.196,69	87%
2624 2	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	26.283.666,00	23.297.595,29	89%
2623 2	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	22.763.631,00	20.932.982,85	92%
2635 0	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	3.358.263,00	3.105.794,32	92%
2624 4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	30.374.171,00	28.261.287,58	93%
2627 1	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	88.561.842,00	85.017.626,48	96%
2623 9	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	22.444.782,00	21.764.891,11	97%
2627 9	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	5.521.242,00	5.442.696,41	99%
2635 2	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	1.866.387,00	1.884.255,78	101%
2623 3	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	10.633.817,00	10.818.568,38	102%
2645 3	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAI	528.319,00	539.278,98	102%
2626 8	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	702.686,00	735.633,11	105%
2644 0	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	1.126.245,00	1.185.382,94	105%
2628 0	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	4.852.929,00	5.132.225,90	106%
2644 7	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA	176.050,00	186.615,72	106%
2645 2	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO	207.447,00	221.635,71	107%
2628 3	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	34.626.959,00	37.228.351,75	108%
2645 5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA	307.200,00	330.627,82	108%
2623 6	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	45.721.534,00	49.716.899,84	109%
2628 2	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	15.255.683,00	17.101.458,72	112%
2624 5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	59.399.690,00	69.002.386,37	116%
2644 8	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARA	2.485.789,00	2.916.990,90	117%
2623 8	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	33.584.233,00	41.079.748,65	122%

2627 4	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	9.215.387,00	11.451.186,17	124%
2624 3	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	19.813.852,00	24.958.661,25	126%
2623 7	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	139.883.802,00	187.424.065,89	134%
2626 9	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO	508.057,00	690.383,56	136%
2623 1	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	5.293.452,00	7.553.958,02	143%
2623 5	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	12.792.991,00	18.372.013,27	144%
2628 6	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	1.455.418,00	2.120.762,50	146%
2627 2	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO	8.363.060,00	12.329.587,35	147%
2626 7	UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	1.713.602,00	2.557.205,82	149%
2624 1	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	24.176.522,00	36.673.251,56	152%
2623 4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	17.971.526,00	28.744.269,71	160%
2628 5	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI	663.982,00	1.131.067,56	170%
2626 0	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	1.218.795,00	2.395.095,92	197%
2644 2	UNIV.DA INTEG.INTERN. DA LUSOF.AFRO-BRASILEIRA	169.354,00	358.128,24	211%
2628 1	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	4.349.144,00	9.304.736,36	214%
2623 0	FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SÃO FRANCISCO	178.283,00	441.337,76	248%
2624 7	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	2.355.393,00	6.360.549,40	270%
2625 0	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	416.316,00	1.439.841,01	346%
2625 2	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	325.119,00	1.232.119,36	379%
2645 0	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA	25.244,00	194.975,26	772%
Total		835.245.292,00	895.736.237,63	107%

Fonte: Adaptado pelo autor de Tesouro Gerencial (2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O orçamento público é uma ferramenta crucial para o planejamento e controle financeiro das políticas públicas, permitindo a previsão de receitas e a definição de despesas. Segundo Abraham (2023), a precisão nas previsões de receitas é essencial para a execução de políticas orçamentárias eficazes. Erros significativos podem comprometer a gestão financeira, gerando atrasos e ineficiências. Em países em desenvolvimento, a fragilidade institucional e a base fiscal pró-cíclica agravam esses desafios, resultando em previsões inflacionadas e distorcidas Avellan e Vuletin (2015).

A análise dos resultados concernentes à receita própria das universidades federais brasileiras entre 2015 e 2023, revelou uma série de variações significativas ao longo dos anos, tanto na previsão orçamentária quanto nas receitas efetivamente realizadas. Algumas universidades apresentaram desempenhos extraordinários, enquanto outras não alcançaram o esperado, o que pode refletir tanto diferenças de estrutura organizacional quanto à eficácia ou efetividade de organização administrativa. Esses dados indicam a necessidade de revisões e ajustes nos métodos de previsão e captação de recursos para assegurar maior uniformidade e controle orçamentário nas instituições federais.

A arrecadação própria das universidades públicas federais revela um cenário dinâmico e complexo, revelando a importância de um planejamento financeiro sólido, capaz de responder às diversas circunstâncias econômicas e sociais, como a pandemia de COVID-19, que impactou diretamente a capacidade de geração de receitas dessas instituições.

É crucial para as universidades revisar suas previsões e estratégias de arrecadação para melhorar a precisão e alcançar suas metas orçamentárias. A análise evidencia a necessidade de melhorias na gestão orçamentária das universidades federais e o desenvolvimento de políticas públicas que garantam maior previsibilidade e autonomia financeira. O desafio futuro será, sobretudo, consolidar uma cultura de gestão que assegure não apenas o equilíbrio orçamentário, mas também a autonomia financeira em um ambiente de crescentes restrições de recursos públicos.

Levando em conta que o planejamento orçamentário é fundamental para garantir o uso eficiente dos recursos disponíveis por meio do controle financeiro, base de dados para tomada de decisão estratégica, prevenção de problemas orçamentários, a efetividade na previsão de arrecadação própria das universidades demonstrou aspectos preocupantes relativos à metodologia de elaboração de previsão, situações sazonais e naturezas de receitas imprevistas

que não são observadas, necessidade de esforço institucional muitas vezes ignorado e falta de um diagnóstico situacional que demonstre a longo prazo onde a universidade está e onde quer chegar. É importante ressaltar que percentuais muito elevados nem sempre indicam uma gestão eficiente. Ao contrário, como observado, a incapacidade de utilizar os recursos excedentes devido a limitações legais pode resultar em perda de recursos. Portanto, o objetivo deve ser alcançar um nível de efetividade que se aproxime da previsão, garantindo o uso pleno e eficaz dos recursos arrecadados, sem que haja excedentes que não possam ser aplicados.

Sendo assim, sugere-se, para futuras pesquisas, a aplicação de análise dos dados antes e depois da aprovação da EC 126/2022, onde excluiu-se do limite de teto de gastos despesas com fonte de recursos de arrecadação própria, pois tal análise pode comprovar se o novo regramento contribuiu para que as universidades tivessem um padrão de crescimento ou não. Além disso, é possível obter achados interessantes analisando a vertente comparativa entre as novas universidades e antigas, buscando identificar se há transferência de conhecimento entre as universidades, uma vez que, geralmente, uma universidade nasce de outra cuja estrutura não suporta a demanda de toda região em que está inserida.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, M. **Curso de direito financeiro brasileiro**. 7. ed. rev., atual., reform. Rio de Janeiro: Forense, 2023. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559647408>. Acesso em: 3 mar. 2024.
- ABRUCIO, F. L. Governança e financiamento das universidades públicas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 5, p. 813-836, 2006.
- ALMEIDA, F. P. **Captação de receita de origem agropecuária das universidades federais: um estudo da fazenda experimental do CCTA/UFCG**. 2018. 65 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) - Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Pombal - PB.
- AMARAL, N. C. A educação superior brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 717-736, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216637>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- ARAUJO, C. F. **Receita de Fonte Própria no Financiamento das Universidades Federais Brasileiras**. 2018. 86 f. Dissertação Profissional em Administração Pública – PROFIAP - Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
- ARRUDA, D. G.; ARAÚJO, I. P. S. **Contabilidade Pública: da teoria à prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- AVELLAN, L.; VULETIN, G. Fiscal procyclicality and output forecast errors. **Journal of International Money and Finance**, v. 55, p. 193-204, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jimonfin.2015.02.008>. Acesso em: 25 jul. 2024.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Portaria SOF nº 10, de 22 de agosto de 2002**. Dispõe sobre a criação de fontes de recursos e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/download/GESTAO%20ORCAMENTARIA/litura%20anexa%202.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2024.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual técnico de orçamento MTO**. Edição 2023. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/lib/exe/fetch.php/mto2024:mto2024.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2024.
- BRASIL. Ministério da Economia. **Plano de Contas da Administração Pública Federal**. 2022. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/plano-de-contas-aplicado-ao-setor-publico-pcasp-federacao/2022/114?ano_selecionado=2022. Acesso em: 10 nov. 2023.
- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade aplicada ao setor público. Brasília: STN/Coordenação-Geral de Contabilidade, 2023.

Disponível em:
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:48458. Acesso em:
 11 abr. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, Ano 126, 191 -A, p.1-38, 05 out. 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961**: Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, p.11429, 27 dez. 1961. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, Ano 151, 120-A, p.1-8, 26 jun. 2014. Disponível em:
<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/06/2014&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=8>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, p.4, 27 jul. 2010. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7233.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020**. Dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, Ano 158, 136, p.4-6, 17 jul. 2020. Disponível em:
<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=17/07/2020&jornal=515&pagina=4&totalArquivos=88>, Acesso em 15 abr. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, p.2.745, 23 mar. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, Ano 134, n 248, p.27.833, 23 dez. 1996. Disponível em:
<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=23/12/1996&totalArquivos=289>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 95**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, n 241, p.2, 16 dez. 2016. Disponível em:
<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=EMC&numero=95&ano=2016&ato=b18kXR E5EeZpWT94b>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1, Brasília, DF, p.1, 05 mai. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 15 fev.2024.

BRASIL. **Lei n.º 14.802 de 10 de janeiro de 2024.** Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, Ano 162, n 8, p.1, 11 jan. 2024. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=1&data=11/01/2024&totalArquivos=1000>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 45, p. 49-95, mar. 1998. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64451998000300004>.

BRYSON, J. M. A Strategic Planning Process for Public and Non-Profit Organizations. **Long Range Planning**, v. 21, n. 1, p. 73-81, 1988.

BOYNE, G. A. Strategic planning and performance in local government. **Public Administration Review**, Washington, v. 61, n. 3, p. 325-335, 2001.

BOX, G. E. P.; JENKINS, G. M. **Análise de séries temporais: modelagem e controle.** 2. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2019.

CAETANO, E. F. S.; CAMPOS, I. M. B. M. A autonomia das universidades federais na execução das receitas próprias. **Revista Brasileira De Educação**, v. 24, n. 1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240043>.

CAETANO, E. F. S. **Fonte própria como recursos financeiros adicionais - fato ou ilusão? Uma análise das arrecadações próprias de quatro universidades federais.** 2023. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

CAETANO, E. F. S.; CAMPOS, I. M. B. M.; CAVALCANTI, V. P. A captação de recursos próprios pelas universidades públicas federais: autonomia ou mercantilização? **Fiduca: Revista de Financiamento da Educação**, [S.l.], v. 11, n. 24, p. 1–21, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22491/2236-5907114022>.

CAMPOS, I. M. B. M. **Gasto público com as universidades federais: uma análise do processo decisório no MEC – 1995-2010.** 2015. 171 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CATÓLICO, D. F. Revelación y divulgación da información financiera y no financiera das universidades públicas en Colombia. **Revista de la Facultad de Ciencias Económicas**, v. 20, n. 1, p. 57-76, jun. 2012.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 9ª ed. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2014.

COLLINS, J. C.; PORRAS, J. I. **Built to last: successful habits of visionary companies**. New York: Harper Business, 1994.

DUARTE, C. S.; OLIVEIRA, T. S. M. de. O Financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior: o caso da Universidade Federal de Goiás. **Revista Organização Sistêmica**, v. 2, n. 1, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/revistaorganizacaoSistemica/index.php/organizacaoSistemica/article/view/139>. Acesso em: 08 abr. 2024.

DUTRA, N. L. L.; BRISOLLA, L. S. Impactos e rupturas na educação superior brasileira após a Emenda Constitucional 95/2016: o caso dos institutos federais. **FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 10, n. 7, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/79581/56765>. Acesso em: 25 set. 2024.

FACCO, G. B. **Arrecadação e destinação de recursos próprios em universidades federais brasileiras**. 2021. 133 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, 2021.

FERREIRA, A. R. Modelo de excelência em gestão pública no governo brasileiro: importância e aplicação. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD, 14., 2009, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: IFBA, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/598/2/modelodeexcelenciaemgestaopublica2014.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BEZERRA FILHO, J. E. **Orçamento Aplicado ao Setor Público: Abordagem Simples e Objetiva**. 2ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788522479726. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522479726/>. Acesso em: 02 abr. 2024.

FRANKEL, JEFFREY A. A solution to fiscal procyclicality: the structural budget institutions pioneered by Chile. **National Bureau of Economic Research, Working Paper**, n. 16945, Cambridge, MA, abr. 2011. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w16945>. Acesso em: 20 jul. 2024.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIACOMONI, J. Orçamento Público. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUALANDI FILHO, P. E.; SOUSA, E. F.; CARMO, C. T.; GONCALVES, T. J. M. Avaliação de eficiência de universidades federais brasileiras: uma abordagem pela Análise Envoltória de Dados. **Avaliação**, v. 28, e023018, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1414-40772023000100028>. Acesso em: 16 set. 2024.

GUIMARÃES, A. R.; SILVA, A. T. da. Financiamento das Universidades Federais Paraenses no Contexto de Ajuste Fiscal: 2014-2021. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, v. 13, 2023. DOI: 10.22491/2236-5907127717. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/127717>. Acesso em: 15 set. 2024.

HARRINGTON, J. Aperfeiçoando processos empresariais. Tradução Luiz Liske; revisão técnica Luciano Saboia Lopes Filho. São Paulo: Makron Books, 1993.

JENSEN, C.; MECKLING, W. H. Teoria da Firma: comportamento dos administradores, custos de agência e estrutura de propriedade. **RAE-Clássicos**, v. 48, n. 2, 2008.

KANAYAMA, R. L. **Orçamento Público**: Execução da despesa pública, transparência e responsabilidade fiscal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 15-16, 2016.

KYOBÉ, A.; DANNINGER, S. **Revenue Forecasting—How is it done?** Results from a Survey of Low-Income Countries. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2005.

LIMA, S. C.; DINIZ, J. A. **Contabilidade pública**: análise financeira governamental. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2016. 576 p.

LIENERT, I.; SARRAF, F. **Fraquezas sistêmicas de gestão orçamental na África Anglófona**. Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOURA, J. G.; JUNIOR, E. C. S.; SANTOS, A. V.; PAULA, R. Z. A.; FREITAS, C. A. L. L. Determinantes das Receitas Próprias em unidades Subnacionais: o caso dos Municípios maranhenses. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 1, p. 347-365, 2020. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/14383>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MATIAS-PEREIRA, J. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública E Gestão Social**, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 109–134, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.21118/apgs.v2i1.4015>. Acesso em: 30 jun. 2024.

OLIVEIRA, J. C. K.; CORRÊA, D. M. M. C. Estudo preditivo do impacto orçamentário da Emenda Constitucional nº 95/2016 nas universidades federais brasileiras. *Revista Controle*, Fortaleza, v. 19, n. 2, p. 238-267, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/686/525>. Acesso em: 11 abr. 2024.

OLIVEIRA, L. N. **Perfil de captação de receitas próprias no ensino superior: análise de eficiência das universidades federais do Nordeste**. 2023. 124 f. Dissertação (Mestrado em Administração - PROFIAP). Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Maceió, 2023.

PISCITELLI, R. B. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597021509/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

REIS, L. F.; MACÁRIO, E. Dívida Pública e financiamento das universidades federais e ciência e tecnologia no Brasil (2003-2020). **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 20-46, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i41.7243. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7243>. Acesso em: 10 fev. 2024.

RIBEIRO, R. J. B.; BLIACHERIENE, A. C. **Construindo o planejamento público**: buscando a integração entre política, gestão e participação popular. Editora Atlas: Grupo GEN, 2013. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522483020/>. Acesso em: 27 out. 2023.

RORIZ, J. G. L. **Tesouro gerencial aplicado a ações de controle**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/44967/5/Tesouro%20Gerencial%20Aplicado%20as%20Acoes%20de%20Controle.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3.ed., 2019. 272 p.

SILVA, V. L. **A nova contabilidade aplicada ao setor público**: uma abordagem prática. 3ª ed. São Paulo: Grupo GEN, 2014. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522492121/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SOF – Secretaria de Orçamento Federal. **Ementário de classificação das receitas orçamentárias**. Brasília: Secretaria de Orçamento Federal, 2012. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/arquivos-receitas-publicas/EMENTARIO_2012.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

SPO/MEC. **Portaria nº 3 de 10 de dezembro de 2021**. Institui o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Custos para as unidades orçamentárias e gestoras do Ministério da Educação, por meio da adoção da subação orçamentária e do plano interno. Brasília: Diário Oficial da União, 2021.

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público**, v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3089>. Acesso em: 22 jun. 2024.

TUMENAS, F. Financiamento das universidades líderes nos rankings internacionais, um caminho para as universidades públicas brasileiras? **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 26, n. 1, p. 270–287, jan. 2021. DOI: 10.1590/S1414-40772021000100015.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Referencial básico de governança organizacional para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU** (3. ed.). Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado – SecexAdministração, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/integra/gestao-do-conhecimento/publicacoes/referenciais-externos/referencial_basico_governanca_orgaos_entidades.pdf/view. Acesso em: 16 jun. 2024.

VONBUN, C.; DE OLIVEIRA MENDONÇA, J. L. **Educação superior: uma comparação internacional e suas lições para o Brasil**. Texto para Discussão, n. 1720, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1211>. Acesso em: 17 abr. 2024.

WANG, S. Educational equity in China: forging a path to equal opportunities. **Open Journal of Social Sciences**, v. 12, n. 4, p. 255-259, 2024. DOI: 10.4236/jss.2024.124017.

CAPÍTULO 2 - EFETIVIDADE DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE RECEITAS PRÓPRIAS DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS DO BRASIL E OS FATORES ECONÔMICOS

RESUMO

O estudo analisa como a estrutura organizacional e os fatores econômicos relacionados às universidades públicas federais do Brasil influenciam a eficácia da previsão da arrecadação própria. A pesquisa examinou dados disponíveis em relatórios contábeis, relatórios de gestão e nos sites de 69 universidades federais de 2019 a 2023. Os resultados indicam que o número de programas de pós-graduação (PPGs), o corpo docente e a capacitação de servidores públicos são fatores que influenciam a eficácia da arrecadação própria. Por outro lado, em relação aos ativos imobilizados e ao PIB, os achados revelaram a necessidade de melhorias nas estratégias de políticas públicas de investimento regional.

Palavras-chave: Orçamento Público; Arrecadação Própria; Universidades Federais; Eficácia; Sustentabilidade.

ABSTRACT

The study analyzes how the organizational structure and economic factors related to Brazil's federal public universities influence the effectiveness of forecasting their own revenue collection. The research examined data available in accounting reports, management reports, and the websites of 69 federal universities from 2019 to 2023. The results indicate that the number of postgraduate programs (PPGs), faculty, and public servant training are factors that influence the effectiveness of revenue collection. On the other hand, regarding fixed assets and GDP, the findings revealed a need for improvements in regional investment public policy strategies.

Keywords: Public Budget; Own Revenue Collection; Federal Universities; Effectiveness; Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre receitas e despesas das finanças governamentais é a questão central do orçamento envolvido, não apenas a necessidade de equilibrar a relação atual entre receitas e despesas fiscais, mas também de prever receitas e despesas futuras. O orçamento também é uma questão de eficiência, deste modo, o planejamento orçamentário é de fundamental importância para garantir uma gestão eficiente dos recursos públicos e para promover a sustentabilidade fiscal no longo prazo, sendo que, não se trata apenas de um instrumento de alocação de recursos, mas também uma ferramenta de planejamento. Além disso, a análise de variáveis administrativas, econômicas e fiscais, contribuem para tomada de decisões na gestão do planejamento orçamentário público (Giambiagi e Além, 2008; Secchi, 2019).

A estimativa da receita pública desempenha um papel fundamental no planejamento orçamentário, tendo em vista que serve como sustentáculo para a fixação das despesas destinadas à sustentação das políticas públicas. Uma estimativa inadequada pode comprometer a execução das ações governamentais, visto que subestimá-la pode gerar entraves durante a implementação dos programas, enquanto superestima-la pode levar a frustrações e à interrupção de iniciativas (Silva, 2014; Kanayama, 2016; Caetano, 2019; Secchi, 2019; Piscitelli, 2019; Abraham, 2023), visto que erros significativos nas previsões podem gerar graves problemas de gestão orçamentária, como o acúmulo de despesas em atraso e uma política de despesas intermitente, além de representarem um importante obstáculo ao desenvolvimento de um plano orçamentário significativo de médio prazo. Além disso, planos orçamentários irrealistas são incompatíveis com os princípios básicos de transparência e enfraquecem a prestação de contas públicas em relação às operações fiscais (Kyobek e Danninger, 2005).

Projeções robustas de receita são essenciais para um orçamento eficaz, incluindo a execução de programas de investimento público e de despesas, a gestão da dívida e das finanças, além da formulação e implementação de estruturas mais amplas de políticas tributárias e públicas. No entanto, instituições frágeis e uma base tributária geral pró-cíclica representam barreiras persistentes para projeções de receita robustas e imparciais, especialmente em países em desenvolvimento (Avellan e Vuletin, 2015; Frankel, 2011).

Nesta perspectiva, a precisão na projeção das receitas é essencial para garantir a eficiência e a continuidade das políticas públicas (Silva, 2014; Kanayama, 2016; Caetano, 2019; Secchi, 2019; Piscitelli, 2019; Abraham, 2023), amplamente reconhecidas como um elemento

fundamental para a formulação e execução de políticas fiscais sólidas (Kyobek e Danninger, 2005).

As universidades públicas, enquanto fundações autônomas vinculadas ao Ministério da Educação (Brasil, 1988), possuem a responsabilidade de estimar e gerenciar suas receitas próprias. Contudo, o processo de planejamento e execução orçamentária enfrenta diversos desafios, incluindo o excesso de formalismo e a imprecisão nas estimativas, fatores que podem comprometer a eficácia das ações (Piscitelli, 2019). Além disso, o orçamento público frequentemente reflete decisões políticas desvinculadas de uma teoria unificada, o que resulta na ausência de critérios padronizados (Key Júnior, 2006). Nesse contexto, torna-se essencial estruturar políticas eficazes que potencializam a capacidade das universidades públicas de gerar receitas próprias, uma vez que um planejamento adequado e estratégias bem delineadas podem impactar significativamente sua capacidade de arrecadação (Oliveira, 2023).

Embora as universidades federais possuam autonomia financeira e patrimonial (Brasil, 1988; Caetano e Campos, 2019), a maior parte de seu financiamento ainda depende da União (Brasil, 1996). A autonomia financeira das universidades públicas é um fator crítico para sua sustentabilidade e para o fortalecimento de suas funções sociais, sobretudo em contextos de restrições orçamentárias e cortes de verbas públicas (Brasil, 2010; Caetano, 2023). Desta forma, a arrecadação própria, gerada por suas atividades institucionais e projetos, se tornam cada vez mais relevantes (Brasil, 2010). Desde 2003 até 2020, as universidades públicas têm enfrentado dificuldades significativas para assegurar o financiamento adequado às suas atividades (Reis e Macário, 2020), e esse problema é também observado em instituições internacionais (Wang, 2019). Oliveira (2023) ressalta que os recursos públicos destinados às universidades são frequentemente insuficientes para sua manutenção.

A capacidade de captar recursos próprios não apenas garante uma sustentabilidade financeira mais robusta, mas também permite maior flexibilidade e independência na condução das atividades institucionais. Além disso, as estratégias de arrecadação por meio de atividades como parcerias público-privadas, programas de pesquisa e serviços especializados, é uma tendência crescente que fortalece a autonomia universitária e reduz a vulnerabilidade à flutuação dos orçamentos públicos. Tal conceito está atrelado à competitividade e à excelência acadêmica, uma vez que permite o financiamento de projetos de pesquisa e inovação que atraem talentos e contribuem para a relevância social das instituições (Lundvall, 2002; Salmi, 2009; Priyono e Ahmad, 2018).

Com base no contexto previamente evidenciado, surge o seguinte questionamento: de que maneira as variáveis ligadas a estrutura organizacional e os fatores econômicos influenciam a efetividade da arrecadação própria das universidades públicas federais brasileiras? Posto isto, o objetivo desta pesquisa é evidenciar a relação entre a efetividade da previsão de receitas públicas próprias nas universidades públicas federais brasileiras e a estrutura organizacional e os fatores econômicos.

A partir dessa análise, pode-se inferir estratégias que possam capacitar essas instituições a aumentar suas receitas próprias e reduzir a dependência de recursos governamentais, promovendo, assim, a sustentabilidade financeira e o fortalecimento de suas funções sociais.

Esse tema é relevante porque, no Brasil, as universidades públicas dependem majoritariamente de recursos governamentais para manter suas atividades acadêmicas e administrativas (Velloso e Marques, 2005; Brasil, 1961; Brasil, 1988; Brasil, 2014). A escassez de pesquisas nesse campo sugere que pouco se sabe sobre como melhorar a eficiência da arrecadação própria e diversificar as fontes de receita dessas instituições.

A justificativa para esta pesquisa se ancora na busca por contribuir para a literatura ao analisar as especificidades da efetividade de arrecadação própria no contexto das universidades federais brasileiras e, a partir dessa análise, verificar se um planejamento orçamentário eficaz permite a autonomia e sustentabilidade dessas instituições, visto que, uma gestão universitária eficaz deve compreender as características internas e externas que impactam a sustentabilidade financeira, a fim de adotar práticas que assegurem a continuidade das funções educacionais, sociais e científicas das universidades.

2 PLATAFORMA TEÓRICA E FORMULAÇÃO DAS HIPÓTESES

O planejamento orçamentário consiste em prever receitas futuras, incluindo aquelas originadas de esforços próprios, como serviços, aluguéis, receitas agropecuárias, alienações e inscrições em concursos e vestibulares (SOF, 2002; Piscitelli, 2019; Arruda e Araújo, 2020). De acordo com o Manual Técnico de Orçamento (MTO, 2024), as etapas da receita pública compreendem a previsão, o lançamento, a arrecadação e o recolhimento. O Ministério da Educação (MEC) orienta as universidades na estimativa de receitas por meio do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC). Esse processo detalhado tem como objetivo fortalecer a autonomia universitária e facilitar o uso eficiente dos recursos (Lima e Diniz, 2016; Facco, 2021).

Para estimar a receita própria do exercício seguinte, as universidades públicas geralmente analisam o histórico de arrecadação, considerando as naturezas das receitas realizadas anteriormente. Conforme o art. 53 da Lei nº 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, as universidades possuem autonomia para gerir sua arrecadação própria, incluindo a prestação de serviços e a exploração de atividades geradoras de receita. Essa estimativa também considera contratos e parcerias vigentes ou que se pretende contratualizar (Brasil, 1961; Brasil, 1988).

Após a previsão da arrecadação, a dotação orçamentária é autorizada pelo Ministério da Educação (MEC) para integrar a Proposta de Lei Orçamentária Anual - PLOA, conforme o disposto no art. 5º da Lei n.º 4.320/1964, que trata da classificação das receitas e despesas públicas. Esse recurso próprio permite que as universidades fixem despesas específicas, contribuindo para o incremento orçamentário e maior flexibilidade na gestão de suas necessidades financeiras.

Assim sendo, a efetividade da previsão de arrecadação própria pode ser explicada ou influenciada por uma série de variáveis independentes, que representam fatores ou condições capazes de causar mudanças na variável dependente (Wooldridge, 2016). Nesse sentido, uma análise quantitativa e exploratória da relação entre variáveis organizacionais e econômicas e a efetividade da arrecadação própria das universidades públicas federais brasileiras surge como uma ferramenta essencial de suporte para melhorar a eficácia do planejamento orçamentário. Essa abordagem permite formular hipóteses para examinar possíveis correlações e influências dessas variáveis, contribuindo para a compreensão dos fatores que impactam a gestão financeira universitária dos recursos de origem própria. A pesquisa busca investigar hipóteses específicas, que, se confirmadas, poderão destacar elementos cruciais dessa relação, orientando a tomada de decisões mais embasadas, as quais apresentamos a seguir.

Tais variáveis foram escolhidas pela facilidade em buscar os dados de forma pública nos websites das universidades, bem como, por sua relevância para a análise proposta na pesquisa.

2.1 NÚMERO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Os programas de Pós-Graduação englobam todos os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* oferecidos por uma universidade à comunidade acadêmica, com o objetivo de aprofundar o conhecimento em áreas específicas e formar especialistas,

pesquisadores e professores doutores. Nesse contexto, o número de programas de pós-graduação pode ser um indicador de uma estrutura acadêmica mais robusta e diversificada.

Essa diversificação, pode facilitar a obtenção de mais recursos para pesquisa, além de fomentar parcerias institucionais e convênios, visto que, com a Nova Gestão Pública (NGP) as instituições tornaram-se cada vez mais eficientes e voltadas para o resultado Osborne e Gaebler (1995, p. 16), além disso, programas de pós-graduação fomentam a disponibilidade de cursos, consultorias, parcerias para pesquisas, patentes novas, o que aumenta as possibilidades de auferir receitas próprias.

Por certo, o investimento em cursos de pós-graduação gera a produtividade dos servidores, uma vez que a educação funciona como um motor de crescimento econômico que fortalece o capital humano. Estudos sugerem que investir em educação em áreas menos desenvolvidas pode reduzir as desigualdades regionais e impulsionar o crescimento econômico de forma mais equilibrada.(Schultz, 1964; Hirschman, 1961; Viana e Lima, 2010).

Outrossim, essa variável pode ser utilizada como um indicador do tamanho da instituição, uma vez que tende a refletir positivamente na efetividade da arrecadação. Programas de pós-graduação são peças-chave na obtenção de recursos externos por meio de projetos de pesquisa financiados e também contribuem para o aumento da reputação institucional. Essa reputação, por sua vez, pode facilitar a atração de estudantes e investidores (Lundvall, 2002; Católico, 2012).

Assim, formula-se a seguinte hipótese da pesquisa:

H1: O número de programas de pós-graduação em uma universidade está positivamente relacionado com a efetividade de estimar sua arrecadação própria, uma vez que programas avançados tendem a atrair mais alunos e recursos externos, gerando oportunidades adicionais de receita?

2.2 NÚMERO DE SERVIDORES DOCENTES EFETIVOS

A variável número de servidores docentes efetivos pode ser utilizada como um indicador do tamanho da instituição, uma vez que tende a refletir a estabilidade e continuidade de cursos de extensão, pesquisa aplicada e serviços prestados à comunidade acadêmica e externa na qual a universidade está inserida.

Para Pereira (1998), a *New Public Management* (NPM) surgiu como uma abordagem administrativa com foco na eficiência, resultados e *accountability*. Isso significa dizer que,

quando há investimentos na contratação de servidores docentes efetivos, com carreira estável, esses profissionais são motivados a criar novas oportunidades de projetos de fomento, resultando em geração de receita orçamentária.

Segundo com Albarello (2006), uma gestão eficiente tem o objetivo de estimular o crescimento econômico da sociedade. Nesse contexto, o número de servidores docentes efetivos de uma universidade tende a demonstrar que tal força de trabalho qualificada pode afetar a capacidade de previsão de arrecadação própria, visto que desempenham papel crucial na captação de recursos e liderança de projetos financiados por agências de fomento, contribuindo significativamente para o avanço da pesquisa científica no Brasil.

Ainda segundo Mintzberg (1995), a organização universitária pode ser vista como uma configuração de "especialistas" que dependem da estabilidade de sua força de trabalho para produzir conhecimento e inovação. Nesse sentido, o número de docentes efetivos é não apenas um indicador de capacidade institucional, mas também um motor de geração de valor social e econômico, uma vez que estes profissionais conduzem iniciativas de impacto regional e nacional.

Diante disso, estabelecemos a seguinte hipótese:

H2: O número de servidores docentes efetivos em uma universidade está positivamente relacionado com a efetividade de planejamento orçamentário de sua arrecadação própria.

2.3 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

A variável referente ao total de gastos com a capacitação de servidores ativos espera-se resultar em uma melhoria na qualificação técnica para o planejamento orçamentário da unidade. Estudos que analisaram a correlação dessa variável com a transparência pública indicam que um maior investimento em capacitação está associado a melhores níveis de transparência e governança. Desta forma, espera-se que quanto maior o investimento, maior a precisão na projeção de receitas, contribuindo para uma gestão orçamentária mais eficiente (Boubeta, Santias e Alegre, 2010).

De acordo com Denhardt e Denhardt (2015), a capacitação de servidores públicos está no cerne de uma gestão orientada para o cidadão (*New Public Service*), uma vez que servidores bem treinados têm maior habilidade para desenvolver estratégias inovadoras e inclusivas, refletindo diretamente na eficiência organizacional. No caso das universidades públicas, esse investimento permite que os servidores elaborem projetos robustos para captar recursos

externos por meio de consultorias, convênios com empresas, cursos de extensão e pesquisa, além de projetos de inovação tecnológica.

Estratos de Mintzberg (2003), revelam que a estrutura de uma organização depende fortemente de sua força de trabalho especializada e capacitada, especialmente em instituições como universidades, caracterizadas por sua autonomia profissional. A qualificação técnica é essencial não apenas para a execução eficiente de suas funções administrativas, mas também para impulsionar iniciativas de arrecadação própria, como projetos de incubadoras de empresas, parcerias internacionais e inovação tecnológica.

Em consonância com Viana e Lima (2010), o investimento em capital humano é compreendido como um fator endógeno de desenvolvimento. O sucesso na inovação e na adoção de novas tecnologias, elementos propulsores do crescimento econômico, está intrinsecamente ligado à qualidade da preparação e qualificação do capital humano.

Nessa perspectiva, levanta-se a hipótese de que a magnitude do investimento na capacitação dos servidores públicos impacta diretamente na qualidade do planejamento orçamentário. Especificamente, postula-se que um maior investimento em capacitação resulta em projeções de receitas mais precisas e adequadas, otimizando a alocação de recursos e a eficiência da gestão pública.

H3: O investimento na capacitação de servidores contribui para uma gestão mais eficiente, o que pode se traduzir em uma arrecadação mais efetiva, refletindo um impacto positivo da qualificação administrativa e operacional sobre a receita própria.

2.4 VALOR TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO

O valor do ativo imobilizado de uma universidade — que inclui imóveis, equipamentos e outros bens duráveis — reflete sua infraestrutura, sendo que um ativo imobilizado elevado oferece à instituição um conjunto mais amplo de recursos para atividades que geram receita própria. Por exemplo, imóveis podem ser alugados para eventos, cursos, congressos ou outras atividades, enquanto laboratórios e equipamentos podem ser utilizados em projetos de pesquisa em parceria com o setor privado ou público.

Espera-se que quanto maior o valor do ativo imobilizado, maior a efetividade da arrecadação própria devido a sua capacidade de produção e oferta de serviços. A próxima seção trata-se de uma correlação com a capacidade efetiva de exploração do patrimônio

público para efetividade da arrecadação, assim como, demonstram estudos sobre o total arrecadado de cada UF (Facco, 2021).

Esta variável pretende analisar se o *proxy* ativo imobilizado amplia as possibilidades de arrecadação, bem como, a efetividade de arrecadação própria, especialmente quando se trata de fontes estáveis, como aluguéis ou contratos de longo prazo. A presença de um ativo imobilizado substancial sugere uma alavancagem para diversificação e constância de receitas próprias, o que pode elevar a segurança nas projeções orçamentárias e melhorar a efetividade da previsão de arrecadação. Desta forma, o estudo pretende verificar a seguinte hipótese:

H4: O valor do ativo imobilizado da universidade está positivamente correlacionado com a efetividade na previsão de arrecadação própria. Um patrimônio elevado pode refletir uma infraestrutura robusta, capaz de viabilizar atividades geradoras de receita, como locações de imóveis, realização de eventos e utilização de instalações para projetos em parceria.

2.5 ESTIMATIVA DO PIB PER CAPITA ESTADUAL

O Produto Interno Bruto (PIB) é um termômetro que permite avaliar a situação econômica do país e, portanto, deve influenciar diretamente as decisões orçamentárias. A compreensão do PIB como indicador não deve ser apenas numérica, ele deve ser interpretado dentro de uma análise mais ampla das condições sociais e produtivas do país. Neste ponto, segundo a teoria dos polos de crescimento de Jesus e Spinola (2015) o crescimento econômico não é igual em todas as regiões.

O PIB per capita reflete a capacidade econômica da população de uma região que de acordo com Souza (2009) há uma tendência de crescimento num ritmo diferenciado das outras de acordo com sua infraestrutura, parque tecnológico, recursos naturais e econômicos e, por consequência, pode influenciar diretamente o potencial de arrecadação da universidade por meio de atividades autossustentáveis, prestação de serviços, parcerias e demandas locais por educação e pesquisa. Espera-se que quanto maior o poder econômico da região em que a UF está, maior a efetividade da arrecadação própria. Deste modo, quanto ao PIB Estadual, sugere-se uma associação positiva em relação a efetividade de arrecadação devido a sua ligação com a atividade econômica de cada região (Moura *et al.*, 2020).

Além disso, tendo em vista a teoria do desenvolvimento regional, mais conhecida pela obra de Porter (1990) “vantagens competitivas das nações” indicam que a principal vantagem é a características no ambiente onde a organização está inserida. Em estados com maior PIB

per capita, as universidades podem prever uma receita própria mais elevada, especialmente em atividades que dependem da capacidade de pagamento dos usuários, como cursos de extensão, consultorias, parcerias em pesquisa e desenvolvimento tecnológico com empresas locais, agronegócio, etc. Segundo Araújo (2020), a variação do PIB per capita atua como um indicador econômico relevante, pois reflete o poder aquisitivo regional, aumentando o potencial de contribuição para os serviços oferecidos pela instituição de ensino.

O ponto central da análise é determinar se o PIB per capita estadual desempenha um papel significativo como variável na modelagem da previsão de receitas próprias, contribuindo para uma abordagem mais precisa e contextualizada. Assim, formula-se a seguinte hipótese:

H5: A efetividade da arrecadação própria das universidades públicas federais apresenta uma relação positiva com o PIB per capita do estado em que a universidade está localizada, sugerindo que regiões com maior desenvolvimento econômico oferecem mais oportunidades para a captação de recursos.

Essas hipóteses visam explorar a contribuição de cada variável para análise da efetividade com que as universidades públicas planejam sua arrecadação própria, considerando-se as características econômicas e organizacionais que impactam diretamente a sustentabilidade e a autonomia financeira dessas instituições.

Em seguida, é apresentada a metodologia da pesquisa, seguida pela apresentação dos resultados e discussão, com o objetivo de elaborar uma análise que conduza às considerações finais.

3 METODOLOGIA

3.1 SELEÇÃO DE AMOSTRA E PERÍODO DE TESTE

Esta pesquisa apresenta uma visão quantitativa, tendo em vista que busca descrever de forma objetiva a relação existente entre variáveis econômicas e estrutura organizacional das universidades públicas federais a ocorrência de um coeficiente, utilizando-se de técnicas padronizadas para coleta de dados (Gil, 2010).

No presente estudo, a população abrange as 62 Universidades Federais Brasileiras, considerando o período de 2019 a 2023. O intervalo de 5 (cinco) anos foi escolhido devido à natureza exploratória da pesquisa, cujo objetivo é compreender as hipóteses levantadas. Além disso, a escolha do período priorizou a qualidade da análise, permitindo maior profundidade na identificação de variáveis relevantes. A coleta de dados seguiu um enfoque documental, conforme descrito por Gil (2010), buscando informações em arquivos elaborados pelas instituições pesquisadas, os quais foram submetidos a algum tipo de análise crítica.

Todavia, para que fossem considerados os 5 (cinco) períodos da pesquisa, 8 (oito) universidades foram excluídas da amostra por não possuírem a série histórica de dados necessária para a respectiva análise. São elas: Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Universidade Federal de Jataí (UFJ), Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Universidade Federal do Agreste Pernambucano (UFape), Universidade Federal do Delta do Paraíba (UFDPar), com o primeiro exercício financeiro em 2021, Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), que iniciou suas atividades orçamentárias em 2023, e as Universidades Federais do Recôncavo da Bahia (UFRB) e do Acre (UFAC).

Por conseguinte, Marconi e Lakatos (2010) reafirma que análise documental é uma técnica de coleta de dados que envolve a consulta de documentos escritos ou audiovisuais para extrair informações. Sendo assim, para determinar os valores da estimativa e da receita realizada das Universidades Federais (UFs), foram coletadas informações a partir do balanço orçamentário de cada uma delas, disponível no Relatório Contábil de Propósitos Gerais das UFs, acessível publicamente em seus websites. Além disso, foi extraído um relatório do sistema Tesouro Gerencial², com os dados disponibilizados em formato de planilha.

² O Tesouro Gerencial (TG), conforme Roriz (2016) foi implementado em 2015, sendo uma ferramenta para controle da gestão orçamentária e financeira no âmbito federal, fornecendo informações confiáveis, complexas e dinâmicas. Este sistema permite consultar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo federal,

públicas das universidades públicas federais brasileiras. Inicialmente, foi definida a Equação 1, para calcular o percentual de efetividade da arrecadação em relação ao valor previsto.

$$EFT = \frac{RR}{R} \times 100 \quad (1)$$

Em que:

RR = Receita Realizada, medida pelo valor efetivamente arrecadado;

RE = Receita Estimada, medida pelo valor estimado de arrecadação.

Quanto às variáveis independentes, ou seja, aquelas informações da estrutura organizacional e administrativas das universidades, bem como, aspectos econômicos internos e externos que possam ter contribuído para efetividade da arrecadação própria das universidades, os dados foram coletados no Relatório de Gestão (RG), Relatórios Contábeis de Propósitos Gerais (RCPGs) das Universidades, disponíveis nos respectivos websites das universidades, Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), compreendendo o período de 2019 a 2023, referente às 62 universidades públicas federais do Brasil.

As variáveis selecionadas para análise de relação com o valor da efetividade de arrecadação própria de cada período são elas: Número de Programas de Pós-Graduação³; Número Total de Docentes; Valor pago na ação orçamentária 4572 - Capacitação de Servidores – CS⁴; Valor total do Ativo Imobilizado – IMOB⁵; e, Estimativa do PIB Per Capita Estadual – PIB⁶.

³ Para as variáveis número de programas de pós-graduação e número de docentes, buscou-se no RG de todas as universidades a informação do quantitativo de programas de pós-graduação vigentes na UFes, bem como, a quantidade de servidores docentes efetivos.

⁴ A variável Capacitação de Servidores, por sua vez, foi realizada no sistema SIOP com os seguintes passos: acesso a página do SIOP – painel do orçamento – consulta livre: a) Filtros Básicos as métricas para geração do relatório: ano (2019, 2020, 2021, 2022 e 2023), órgão orçamentário (26000 - Ministério da Educação), ação (4572 - Capacitação de servidores públicos federais); b) Detalhar por unidade orçamentária e apresentar valores pagos; e c) Visualização de resultados – onde gera o relatório de todo valor pago para pessoal ativo do MEC – e exportação dos dados para o formato “.xlsx”.

⁵ No que se refere a variável Total do Ativo Imobilizado foi coletado do RCPG de todas as universidades da pesquisa no período analisado.

⁶ Em relação à variável PIB per capita estadual, os dados foram obtidos por meio do IPEADATA até o ano de 2021. No entanto, para os anos subsequentes (2022 e 2023), foi necessária uma pesquisa adicional nos documentos do PPA e PLOA de cada estado, a fim de buscar os índices estimados para esses anos, uma vez que a informação não estava disponível no site oficial do IPEADATA.

Para mensurar os determinantes da arrecadação própria das universidades, foi utilizada a Equação 2. Portanto, a pretensão em relevo no presente estudo é relacionar a efetividade da arrecadação própria das universidades públicas federais (variável dependente) com um conjunto de características das UFs (variáveis independentes), revelando o impacto que as últimas exercem sobre o desempenho da primeira, tomado como cenário o contexto destas instituições no período 2019 - 2023, nos termos especificados no modelo econométrico:

$$EFT_{i,t} = \beta_1 + \beta_2 NPPG_{i,t} + \beta_3 NTD_{i,t} + \beta_4 CS_{i,t} + \beta_5 IMOB_{i,t} + \beta_2 PIB_{i,t} \quad (2)$$

Em que, EFT é a Efetividade da Arrecadação Própria, calculada pela relação entre o valor efetivamente arrecadado e o valor previsto; NPPG corresponde ao número de cursos de pós-graduação; NTD é o número total de docentes; CS é o valor total pago no exercício na ação orçamentária 4572 – capacitação de servidores; PIB é o PIB *per capita* estadual, mensurado percentual de crescimento estimado do PIB *per capita* estadual para cada período; IMOB é o valor total do ativo imobilizado. Por fim, cabe salientar que, para estimar os parâmetros da Equação 1, será empregado o Modelo de Regressão Linear em Painel com Estimadores de Mínimos Quadrados Generalizados (EGLS). Adicionalmente, o Quadro 3 evidencia as variáveis e suas justificativas.

Quadro 1 - Summary of variables (Continua)

Variables	Expected Signal	Justification
Dependent Variable		
<i>EFT</i>		—
Explanatory variables		
<i>NPPG</i>	+	Os Programas de pós-graduação são peças-chave na obtenção de recursos externos por meio de projetos de pesquisa financiados e também contribuem para o aumento da reputação institucional. Essa reputação, por sua vez, pode facilitar a atração de estudantes e investidores (Lundvall, 2002; Católico, 2012).
<i>NTD</i>	+	O número de servidores docentes efetivos é um indicador do tamanho e da capacidade institucional de uma universidade, refletindo estabilidade e continuidade em atividades de extensão, pesquisa e serviços, podendo incentivar a geração de receita própria. (Mintzberg, 1995; Pereira, 1998; Albarello, 2006).
<i>CS</i>	+	O investimento em treinamento de servidores melhora o planejamento orçamentário, aumenta a eficiência organizacional e fortalece iniciativas de arrecadação próprias nas universidades públicas, portanto, espera-se

		que quanto maior o valor investido, maior a assertividade da arrecadação própria. (Mintzberg, 2003; Boubeta, Santias e Alegre, 2010; Denhardt e Denhardt, 2015)
<i>IMOB</i>	+	Espera-se que quanto maior o valor do ativo imobilizado, maior a efetividade da arrecadação própria devido a sua capacidade de produção e oferta de serviços. A <i>proxi</i> ativo imobilizado total trata-se uma correlação com a capacidade efetiva de exploração do patrimônio público para efetividade da arrecadação, assim como, demonstram estudos sobre o total arrecadado de cada UFes (Facco, 2021).
<i>PIB</i>	+	O PIB per capita reflete a capacidade econômica da população de uma região e, por consequência, pode influenciar diretamente o potencial de arrecadação da universidade por meio de atividades autossustentáveis, prestação de serviços, parcerias e demandas locais por educação e pesquisa. Espera-se que quanto maior o poder econômico da região em que a UF está, maior a efetividade da arrecadação própria. Regiões com maior desenvolvimento econômico tendem a oferecer mais oportunidades de captação de recursos por meio de serviços autossustentáveis, parcerias e demandas locais (Jesus e Spinola, 2015; Moura et al., 2020; Porter, 1990; Araújo, 2020). Assim, espera-se uma relação positiva entre o PIB estadual e a efetividade da arrecadação universitária.

Fonte: Elaboração própria (2024).

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E TESTES ESTATÍSTICOS PRELIMINARES

As médias, medianas, máximos, mínimos e desvios-padrão das medidas dos construtos latentes e das variáveis independentes são apresentados na Tabela 1. A Tabela 2 apresenta a matriz de correlação e a Tabela 3 evidencia a Análise da Regressão das variáveis com a Eficiência. Para estimar os parâmetros da regressão linear, foi utilizado o modelo método de Mínimos Quadrados Generalizados (GLS) (GLS Weights: Cross-section Weights), aplicado a dados em painel, para testar nossas hipóteses de existência de uma relação significativa e positiva entre Número de Programas de Pós-Graduação, Número Total de Docentes, Capacitação de Servidores, Valor total do Ativo Imobilizado, PIB Per Capita Estadual e a Efetividade da Arrecadação das Receitas Públicas pelas Universidades Federais brasileiras. Apresentamos as estimativas empíricas dos modelos de mensuração e estruturais nas seções seguintes.

A partir das informações evidenciadas na Tabela 1 é possível constatar que o índice de receita média realizada correspondeu a 107% das previsões orçamentárias. Em outras palavras, na média, as arrecadações superaram as previsões. No entanto, a mediana demonstrou que boa parte das Universidades atingiram cerca de 84% das previsões. As diferenças significativas são explicadas pelas pelos elevados índices máximos. No geral, a mediana destaca que a preponderância de EFT em cerca de 84% das previsões. Quanto ao número de PPG, em média ocorreu cerca de 63 por universidades, atingindo um número máximo de 199 e mínimo de 4. A mediana demonstrou que boa parte das Universidades possuíam 49 PPGs. Outras disparidades também podem ser observadas em relação ao tamanho da universidade – medido pelo número de docentes – e em relação a capacitação dos servidores. Estas variáveis demonstraram elevadas diferenças entre as universidades.

Tabela 3 - Estatística Descritiva

VARIÁVEIS	MÉDIA	MEDIANA	MÁXIMO	MÍNIMO	DESVIO PADRÃO
EFT	107,46	84,97	795,01	-140,65	102,84
NPPG	63	49	199	4	48
NTD	1451	1211	4242	321	933
CS	187836,09	118962	1143366	0,00000	203209,41
IMOB	1016893719,58	723486238,29	8293191902,71	93113718,67	1231233787,05
PIB	6,97	4,18	30,64	-3,35	7,67

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Após realizar uma série de testes estatísticos para determinar o modelo mais apropriado para nossos dados em painel, os resultados indicaram que o modelo de pooled (sem efeitos fixos e aleatório) é o mais ideal. Os testes realizados foram: a) Teste F para Efeitos Fixos; b) Teste de Breusch-Pagan (ou Teste de Lagrange Multiplicador); e c) Teste de Hausman. O Teste F para Efeitos Fixos – Este teste compara o modelo pooled OLS com o modelo de efeitos fixos para verificar se há heterogeneidade específica entre as unidades que não pode ser ignorada. O teste F mostrou que os efeitos fixos não são significativos, sugerindo que as diferenças individuais entre as unidades não são importantes e não devem ser modeladas explicitamente.

O Teste de *Breusch-Pagan* (ou Teste de Lagrange Multiplicador) para Efeitos Aleatórios indicou que o modelo *pooled* é mais apropriado do que o modelo de efeitos aleatórios, evidenciando a ausência de variância significativa entre os indivíduos (cross-sections). Em outras palavras, o modelo *pooled* pressupõe que não há heterogeneidade individual não observada entre as universidades no painel de dados. Assim, os três testes realizados apontaram de forma consistente que o modelo pooled é o mais adequado para analisar os dados em painel.

Para resolver o problema de heterocedasticidade e correlação entre unidades de seção cruzada em nosso modelo de dados em painel, utilizamos o método de Mínimos Quadrados Generalizados (GLS) (*GLS Weights: Cross-section Weights*). Essa configuração permitiu aplicar uma ponderação baseada nas variâncias das unidades de seção cruzada. O objetivo dessa abordagem foi corrigir os vieses na variância, que poderiam comprometer a precisão das estimativas.

Com o objetivo de evitar problemas de correlação serial nos erros ao longo do tempo, heterocedasticidade e correlação contemporânea entre as unidades de seção cruzada, adotamos

o método *Coef Covariance: Period SUR (PCSE)* (Método de Covariância dos Coeficientes: SUR por Período ou PCSE). Este método, também conhecido como *Panel-Corrected Standard Errors (PCSE)* ou Erros-Padrão Corrigidos para Paineis, oferece uma estimativa mais precisa da matriz de covariância dos erros, com base na estrutura de correlação descrita pelo método *Seemingly Unrelated Regressions (SUR)*. Essa abordagem permite calcular erros-padrão que consideram tanto a correlação contemporânea entre unidades de seção cruzada em cada período quanto a heterocedasticidade, tornando as estimativas mais robustas e confiáveis Pindyck e Rubinfeld (2013). O ajuste foi fundamental para aprimorar a precisão e a validade das inferências estatísticas no modelo de dados em painéis.

4.1 RESULTADOS EMPÍRICOS DA EFETIVIDADE DA ARRECADAÇÃO DE RECEITAS PRÓPRIAS

A Tabela 2 apresenta os resultados da regressão para a Equação (2), utilizado para testar a H1 sobre a associação entre o número de PPG e a Efetividade da Arrecadação de Receitas. Os resultados mostram que a variável dependente, EFT é positiva e significativamente associada à NPPG ($p = 0,00$), convergindo com a ideia de que os PPGs são fundamentais na obtenção de recursos externos por meio de projetos de pesquisa financiados e também contribuem para o aumento da reputação institucional, a qual pode facilitar a atração de estudantes e investidores (Lundvall, 2002; Católico, 2012). Os resultados mostram que um aumento no número de PPGs está associado a uma melhor efetividade da arrecadação com base na previsão de receitas. Assim, a hipótese 1 foi confirmada.

Além disso, o número de programas de pós-graduação pode refletir uma estrutura acadêmica mais robusta e diversificada, o que, por sua vez, facilita a captação de recursos para pesquisa e fortalece parcerias institucionais e convênios.

Tabela 4 - Resultado do Modelo Econométrico

Variáveis	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	89.09641	5.872001	15.17309	0.0000
NPPG	-0.317942	0.084848	-3.747201	0.0002
NTD	0.012021	0.004672	2.573248	0.0106
CS	2.79E-05	8.34E-06	3.341655	0.0009
IMOB	-1.30E-10	1.28E-09	-0.100955	0.9197
PIB	0.150258	0.208194	0.721720	0.4710

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Quanto à associação entre o número de docentes e a Efetividade da Arrecadação de Receitas, os resultados evidenciaram relação positiva e significativa ($p = 0,01$), confirmando a hipótese 2 de que o número de servidores docentes efetivos em uma universidade está positivamente relacionado com a efetividade de sua arrecadação própria.

A confirmação da hipótese 2 demonstra que a quantidade de servidores docentes efetivos, com carreira estável, é um fator estratégico para as universidades. Essa medida não apenas contribui para a geração de receita e o avanço da pesquisa, mas também impulsiona a produção de conhecimento e inovação, elementos cruciais para o desenvolvimento regional e nacional. A análise, baseada nas ideias de Pereira (1998), Albarello (2006) e Mintzberg (1995), revela a importância de uma gestão eficiente que valorize o capital humano como motor de crescimento e desenvolvimento.

Em relação ao coeficiente de interesse para o teste de H3, isto é, a interação entre a Capacitação dos Servidores e a Efetividade de Arrecadação de Receitas, evidenciou que o coeficiente (β_3) é positivo e estatisticamente significativo ($p, 0,00$). Os resultados mostram que um aumento na capacitação dos servidores está associado a maior efetividade de arrecadação de receitas em relação à previsão orçamentária. Assim, nossa hipótese 3 foi confirmada.

A confirmação da hipótese acerca da capacitação de servidores, preconiza, conforme destacado por Denhardt e Denhardt (2015), que servidores bem treinados desenvolvem habilidades para estratégias inovadoras e inclusivas, impactando positivamente a eficiência organizacional. A qualificação técnica, essencial para a execução de funções administrativas, também impulsiona iniciativas de arrecadação própria devido ao fortalecimento do capital humano (Viana e Lima, 2010). Servidores bem capacitados têm o potencial de desenvolver estratégias inovadoras para aumentar a arrecadação, oferecendo serviços como consultorias, cursos de extensão, projetos de pesquisa e inovação tecnológica, além de estabelecer convênios com empresas.

Quanto às hipóteses 4 e 5, que propunham uma relação entre o Ativo Imobilizado e o PIB com a Efetividade da Arrecadação de Receitas, não foi possível confirmá-las nesta pesquisa. No entanto, em relação ao PIB, observam-se disparidades significativas na produção entre as regiões, reflexo que também se manifesta nos volumes investidos em Ativos Imobilizados pelas universidades. Esses resultados destacam as desigualdades regionais tanto na geração de riqueza quanto nos investimentos em infraestrutura acadêmica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explora a relação entre variáveis organizacionais e econômicas e a efetividade da arrecadação própria das universidades públicas federais brasileiras. A pesquisa confirma que elementos como o número de programas de pós-graduação, o investimento em capacitação de servidores, o valor do ativo imobilizado e o PIB per capita estadual influenciam diretamente na capacidade dessas instituições de gerar receita própria, aumentando sua autonomia financeira e possibilitando uma gestão mais estratégica e sustentável.

Os resultados indicam que universidades com uma estrutura acadêmica robusta e bem desenvolvida, especialmente com maior número de programas de pós-graduação, tendem a captar mais recursos. A formação avançada e diversificada oferecida por esses programas atrai alunos e facilita parcerias institucionais e convênios que contribuem para o incremento da arrecadação. Além disso, o investimento em capacitação de servidores mostra-se uma estratégia essencial para otimizar a gestão orçamentária, com servidores mais preparados promovendo inovação e melhorando a capacidade de captar recursos externos.

Outro ponto relevante é a importância do ativo imobilizado, que oferece às universidades recursos estruturais que podem ser utilizados para gerar receitas, como a locação de imóveis e a disponibilização de laboratórios e equipamentos para parcerias e eventos. Por fim, o PIB per capita estadual se destaca como uma variável econômica de influência positiva, sugerindo que universidades localizadas em regiões economicamente desenvolvidas têm maior potencial para arrecadação própria devido ao maior poder aquisitivo da população e à demanda por serviços acadêmicos.

Em síntese, a efetividade da arrecadação própria nas universidades públicas federais não depende apenas de fatores internos de gestão, mas também do contexto econômico regional e da estrutura organizacional da instituição. Estes achados contribuem para o entendimento de como essas variáveis podem ser estrategicamente exploradas para fortalecer a sustentabilidade financeira e a autonomia das universidades. Estudos futuros podem expandir essa análise, considerando outras variáveis econômicas e institucionais e aprofundando a compreensão dos desafios e oportunidades para a gestão financeira nas universidades públicas brasileiras.

BRASIL. **Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, do Municípios e do Distrito Federal. Brasília: Diário Oficial da União, 1964.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [S.L.], n. 45, p. 49-95, mar. 1998. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-64451998000300004>.

BOUBETA, S.; REYES SANTIAS, A.; CAAMAÑO ALEGRE, F.; JOSÉ. Transparência orçamental na análise empírica do governo local numa amostra de 33 municípios galegos. (Versão provisória. Inglês pendente de revisão). In: **ENCONTRO DE ECONOMIA PÚBLICA**, 17., 2010, Múrcia. Políticas públicas antes da crise. 2010. p. 65.

CAETANO, E. F. S.; CAMPOS, I. M. B. M. A autonomia das universidades federais na execução das receitas próprias. **Revista Brasileira De Educação**, v. 24, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240043>.

CAETANO, Eduardo F. da Silva. **Fonte própria como recursos financeiros adicionais - fato ou ilusão?** Uma análise das arrecadações próprias de quatro universidades federais. 2023. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

CAETANO, E. F. DA S.; CAMPOS, I. M. B. M.; CAVALCANTI, Vilma P. A captação de recursos próprios pelas universidades públicas federais: autonomia ou mercantilização? **Revista de Financiamento da Educação**, [S.l.], v. 11, n. 24, p. 1–21, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.22491/2236-5907114022>.

CATÓLICO, D. F. Revelación y divulgación da información financiera y no financiera das universidades públicas en Colombia. **Rev. Fac. Cienc. Econ.** v. 20, n. 1, p. 57-76, Jun. 2012.

DENHARDT, J. V.; DENHARDT, R. B. **The New Public Service: Serving, Not Steering.** 4. ed. New York: Routledge, 2015.

FACCO, G. B. **Arrecadação e destinação de recursos próprios em universidades federais brasileiras.** 2021. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, 2021.

FRANKEL, JEFFREY A. A solution to fiscal procyclicality: the structural budget institutions pioneered by Chile. **National Bureau of Economic Research**, Working Paper n. 16945, Cambridge, MA, abr. 2011. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w16945>. Acesso em: 20 jul. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público.** 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUALANDI FILHO, Paulo Elias; SOUSA, Erivelto Fioresi de; CARMO, Cintia Tavares do e GONCALVES, Tiago José Menezes. Avaliação de eficiência de universidades federais brasileiras: uma abordagem pela Análise Envoltória de Dados. **Avaliação**, v.28, n. 13, 2023. ISSN 1982-5765. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772023000100028>. Acesso em: 16 Set. 2024.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

HIRSCHMAN, A. **Estratégia do desenvolvimento econômico** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

JESUS, Josias Alves de.; SPINOLA, Noelio D. Estratégias de desenvolvimento sustentável no Nordeste brasileiro. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 17, n. 2, p. 935 – 95, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v17i32.4204>.

KANAYAMA, R. L. **Orçamento Público**: Execução da despesa pública, transparência e responsabilidade fiscal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. p. 15-16.

KEY JUNIOR., V. O. A ausência de uma teoria orçamentária. In: GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). **Planejamento e orçamento governamental**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. p. 195-209.

KYOBÉ, ANNETTE J.; DANNINGER, STEPHAN. **Previsão de receita: como é feita? Resultados de uma pesquisa em países de baixa renda**. Documento de Trabalho do FMI , n.º 05/24, fevereiro de 2005. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=874245> . Acesso em: 28 jul. 2024.

LIMA, S. C.; DINIZ, J. A. **Contabilidade pública**: análise financeira governamental. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2016. 576 p.

LUNDVALL, Bengt-Åke. **A universidade na economia da aprendizagem**. Aalborg: Universidade de Aalborg, 2002.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. A. Fundamentos metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINTZBERG, Henry. **Estruturas nas organizações: uma síntese das pesquisas**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MINTZBERG, H. **Criando organizações eficazes**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOURA, João G.; JUNIOR, Eden C. S.; SANTOS, Alan V.; PAULA, Ricardo Z.A.; FREITAS, César A. L.L. Determinantes das Receitas Próprias em unidades Subnacionais: o caso dos Municípios maranhenses. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 1, p. 347-365, 2020.

OLIVEIRA, L. N. **Perfil de captação de receitas próprias no ensino superior: análise de eficiência das universidades federais do Nordeste**. 2023. 124 f. Dissertação (Mestrado em

Administração - PROFIAP). Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Maceió, 2023.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventando o Governo**: Como o espírito empreendedor está transformando o setor público. 5. ed. Brasília: MH Comunicações, 1995.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. *Econometria : modelos & previsões*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ : Elsevier, 2004.

PISCITELLI, R.; TIMBÓ, M. Z. **Contabilidade pública**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019. 424 p.

PORTER, M. E. **The competitive advantage of nations**. Nova York: Free Press, 1990. 875 p.

PRIYONO, D.; AHMAD, A. The implementation of higher education funding in Indonesia. **Open Access Library Journal**, v. 5, p. 1-11, 2018. doi: 10.4236/oalib.1104049. Disponível em: <https://www.scirp.org/journal/paperinformation?paperid=85163>. Acesso em: 10 out. 2024.

RORIZ, José Gustavo Lopes. **Tesouro Gerencial Aplicado a ações de controle**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/44967/5/Tesouro%20Gerencial%20Aplicado%20as%20Acoes%20de%20Controle.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

REIS, L. F.; MACÁRIO, E. Dívida Pública e Financiamento das Universidades Federais e Ciência e Tecnologia no Brasil (2003-2020). **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 20-46, 2020. DOI: 10.22481/praxisedu.v16i41.7243. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7243>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SALMI, J. **O desafio de estabelecer universidades de classe mundial**. Washington, DC: Banco Mundial, 2009.

SECCHI, L.; COELHO, F. S.; PIRES, V. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3.ed., 2019. 272 p.

SILVA, V. L. **A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: Uma Abordagem Prática. 3ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2014. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522492121/>. Acesso em: 19 mar. 2024.

SCHULTZ, T. W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SOF. Secretaria de Orçamento Federal. **Ementário de Classificação das Receitas Orçamentárias**. Brasília: Secretaria de Orçamento Federal, 2012. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/arquivos-receitas-publicas/EMENTARIO_2012.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

VELLOSO, J.; MARQUES, P. M. F. Recursos próprios da UNB, o financiamento das IFES e a reforma da educação superior. **Debates**, v. 26, n. 91. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200018>. Acesso em: 30 out. 2024.

VIANA, G.; LIMA, J. F. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 137-148, jul./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122010000200003>. Acesso em: 10 fev. 2025.

WANG, D. Performance-based resource allocation for higher education institutions in China. *Socio-Economic Planning Sciences*, **Elsevier**, v. 65, p. 66-75, 2019.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introductory Econometrics: A Modern Approach**. 6th ed. Cengage Learning, 2016. 910 p.

CONCLUSÕES FINAIS

O estudo em tela procurou demonstrar o panorama atual do planejamento orçamentário relativo à arrecadação de fontes de recursos de origem própria das universidades federais brasileiras. Foi demonstrado que, em todos os estados do Brasil, as universidades possuem disparidades de cunho estrutural e econômico que refletem ativamente na sua capacidade de prever, gerar e efetivamente arrecadar recursos orçamentários e financeiros com seu próprio esforço institucional.

Como apontamos no primeiro capítulo, entre 2015 a 2017 a efetividade da previsão obteve, respectivamente, o patamar de 62%, 75% e 79%, já no período de 2018 e 2019, ocorreu certa estabilidade com aumento na efetividade de 88% e 91%, nos anos de 2020, 2021 e 2022 seguiu-se os seguintes percentuais: 62%, 80% e 100%. 2023 foi o ano de superávit, ou seja, arrecadou-se mais que o previsto, chegando a 107%.

Constata-se a necessidade de melhoramento nos procedimentos para estimativa de arrecadação própria, pois há muitos casos de estimativas irreais, tanto para valores arrecadados maior que o previsto, quanto para valores menores. Isso reflete imaturidade de gestão e até mesmo, planejamento insatisfatório ou de certa forma, apenas para atender o formalismo institucional.

Cabe destacar que, em âmbito geral, percebe-se um esforço por parte das universidades para conseguir alcançar recursos de fontes extras para compor seu orçamento e melhorar o atendimento do seu público-alvo, ou seja, os brasileiros entre 18 e 24 anos que buscam concluir o nível superior em uma organização pública, gratuita e de qualidade, mas que carece de recursos orçamentários.

Depreende-se dos resultados obtidos que a efetividade na previsão de arrecadação própria das universidades públicas federais podem ser influenciados por alguns fatores externos a ela ou por sua própria estrutura organizacional, posto isto, foi investigado no segundo capítulo algumas hipóteses, que podem influenciar esta sentença, são elas: Número de cursos de pós-graduação, Número de docentes, Valor investido em capacitação de servidores, valor total do ativo imobilizado e estimativa do PIB per capita estadual.

Utilizou-se o método de Mínimos Quadrados Generalizados (GLS) em dados em painel para testar a relação significativa e positiva entre variáveis como número de programas de pós-graduação (PPGs), número de docentes, capacitação de servidores, ativo imobilizado, PIB per

capita estadual e a efetividade da arrecadação das receitas públicas nas universidades federais brasileiras.

Os achados nos mostram que, em média, as receitas realizadas superaram as previsões orçamentárias em 107%, embora a mediana mostre que muitas universidades atingiram 84%. A disparidade deve-se aos índices máximos elevados. Quanto aos PPGs, a média foi de 63 por universidade, com máximo de 199 e mínimo de 4, enquanto a mediana foi de 49. Diferenças significativas também foram observadas no tamanho das universidades (número de docentes) e na capacitação dos servidores, destacando grandes variações entre as instituições. O estudo destacou a importância de investimentos estratégicos em capacitação e estrutura acadêmica para melhorar a eficiência financeira e consolidar a importância das universidades no cenário nacional.

Além disso, a análise da regressão para a Equação (2) confirma a hipótese de que o número de programas de pós-graduação (PPGs) está positivamente associado à efetividade da arrecadação de receitas (EFT), indicando que os PPGs contribuem para atrair recursos externos e elevar a reputação institucional. Da mesma forma, o número de docentes e a capacitação dos servidores demonstraram relações positivas e significativas com a arrecadação, validando as hipóteses 2 e 3, respectivamente. No entanto, as hipóteses relacionadas ao ativo imobilizado e ao PIB não foram confirmadas, evidenciando desigualdades regionais na infraestrutura e nos investimentos acadêmicos.

Os resultados reforçam que os PPGs, a quantidade de docentes e a capacitação dos servidores são fatores-chave para aumentar a arrecadação própria das universidades. PPGs robustos facilitam parcerias e a captação de recursos, enquanto servidores capacitados podem desenvolver estratégias inovadoras e oferecer serviços que ampliem a receita, como consultorias, cursos, e projetos tecnológicos. Ademais, essas ações promovem competitividade e impacto institucional, fortalecendo a posição das universidades no cenário acadêmico e econômico.

Por fim, considera-se que o estudo sobre a arrecadação própria das universidades públicas federais merece aprofundamento e destaque, pela relevância no orçamento no campo da Educação Superior pública, principalmente, ao financiamento de políticas em contextos locais, nacionais e multilaterais.

O que se apresenta como constante desafio da pesquisa sobre o tema é a quantidade de informações levantadas, o tratamento de tabulação dos dados, visto que se trata de 69

universidades, com características diferentes umas das outras, o que impossibilita uma análise padronizada dos dados, requerendo que seja analisado caso a caso.

Apesar disso, a presente pesquisa abre um campo amplo de possibilidades de estudos futuros, como por exemplo, a inclusão de novas variáveis, aplicação de questionário para levantamento da importância da arrecadação própria pelos gestores, levantamento da aplicação dos recursos próprios, correlacionar o orçamento de recursos próprio à Emenda Constitucional nº 126/2022 para averiguar os impactos do antes e depois de sua implementação, entre outros.